



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 026/027

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

026ª SESSÃO ORDINÁRIA 02

Lista de presenças..... 02

Expediente..... 03

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 18

Horário do Pequeno Expediente 28

Dep. Barbosa Neto 28

Dep. André Vargas 28

Dep. Ângelo Vanhoni..... 30

Dep. Luciana Rafagnin 31

Dep. José Domingos Scarpellini..... 32

Horário das Lideranças 34

Liderança do PPS: Dep. Waldir

Leite 34

Liderança do PDT: Dep. Barbosa

Neto..... 35

Liderança do PFL: Dep. Plauto

Miró Guimarães 36

Liderança do PMDB: Dep. Rafael

Greca..... 36

Liderança do PT: Dep. André

Vargas..... 29

Liderança do Governo: Dep.

Dobrandino da Silva 37

Liderança da Oposição: Dep. José

Domingos Scarpellini 32

Ordem do Dia 39

Leitura do Expediente 39

Discussão/Votação 40

Redação Final..... 40

3ª Discussão 41

2ª Discussão 42

1ª Discussão 42

Requerimentos 45

Ordem do dia da próxima Sessão 45

Publicações..... 46

Atas de Comissões 46

Comissão de Constituição e

Justiça46

Comissão de Educação, Cultura
e Esportes.....49

Comissão de Redação50

027ª SESSÃO ORDINÁRIA.....51

Lista de presenças51

Expediente51

Requerimentos.....51

Ordem do Dia51

Discussão/Votação.....51

2ª Discussão51

Ordem do dia da próxima Sessão.....53

026ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühler, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (37). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Delegado Bradock, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 011/2005

Curitiba, 06 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando transferir ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano ou a representante por este indicado, a participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S.A., que era atribuída ao titular da extinta Secretaria de Estado do Governo.

O plano de lei em referência é, sem qualquer sombra de dúvida, de elevado interesse público, eis que, com a extinção da Secretaria de Estado do Governo, cujo titular integrava o referido Conselho de Administração, faz-se necessária a transferência de tal representação para o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, estes, aliás, escolhido em face de suas atribuições de estreita pertinência às finalidades da Agência de Fomento do Paraná S.A. Apresentando maior detalhamento quanto à justificativa da medida ora proposta, segue, adiante transcrita, “exposição de motivos” que me foi apresentada em anexo ao protocolado nº 8.149.883-0, do Sistema Integrado de Documentos:

“A alteração legislativa ora proposta tem por escopo adequar a composição do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Preliminarmente, deve ser salientado que a Secretaria de Estado do Governo foi extinta pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, cujo artigo 3º estabelece que:

“Art. 3º - Fica extinta a Secretaria de Estado do Governo, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, passando para o âmbito de atuação da Casa Civil, suas atividades relativas à assistência direta ao Governador do Estado na sua representação

civil; e ao recebimento, estudo e triagem do expediente processual encaminhado ao Governador.”

Assim, torna-se pertinente inclusão de novo Secretário de Estado como membro do referido Conselho.

Por outro vértice, impende salientar que esta instituição é gestora financeira do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, cuja administração na aplicação dos recursos compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, através do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Mencionados recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, foram capitalizados na Agência de Fomento do Paraná, por determinação do Decreto nº 4465/2001.

Ademais, existe no contrato de empréstimo nº 1405/OC-BR celebrado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a imposição para se demonstrar a vinculação de forma satisfatória da Agência de Fomento do Paraná S/A com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Diante do exposto, demonstra-se pertinente a participação do membro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S/A, pelas razões anteriormente elencadas, bem como, pelo fato dos recursos aplicados pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, responderem por parcela significativa das atividades da instituição financeira gestora, sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e do Banco Central do Brasil”.

Certo de que a medida ora proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica transferida ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano ou a representante por ele indicado, a participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S.A., que era atribuída ao titular da extinta Secretaria de Estado do Governo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº 011/05, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei objetivando transferir ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano ou a representante por ele indicado, a participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná

S.A., que era atribuída ao titular da extinta Secretaria de Estado do Governo.

Sob o nº CTL/CC 039/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando que SANCIONOU o Projeto de Lei nº:

01/05: de autoria do Poder Executivo, que institui o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.678. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 43-P/MC, do Sr. Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que foi julgado procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, sendo a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3035 - Requerente: Partido da Frente Liberal, e Requeridos: Governador do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 48-P/MC, do Sr. Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que foi julgado procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003, sendo a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3054 - Requerente: Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Requeridos: Governador do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 02/04, do Sr. Luiz Fernando Delazari, Presidente do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, encaminhando Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 026/05, do Sr. Norberto Temoteo de Queiroz, Coordenador Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, comunicando convênio firmado entre o Ministério e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC, no valor de R\$520.000,00, sendo participação do Ministério: R\$400.000,00 e participação da LACTEC: R\$120.000,00, com o objetivo de identificação e proposição de um modelo adequado para tratamento e aproveitamento de resíduos de suinocultura e geração de energia elétrica, na bacia do Rio Ariranha. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 860/05, do Sr. Clayton Alfredo Nunes, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, informando convênios celebrados entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, no exercício de 2001:

1. Convênio nº 143, celebrado em 04/10/2001, objetivando a Reparos Gerais do Complexo Médico

Penal - PR, no valor total de R\$946.145,36, sendo R\$756.916,29 do Ministério da Justiça e R\$189.229,07 a título de contrapartida do Estado;

2. Convênio nº 144, celebrado em 04/10/2001, objetivando a Ampliação do Bloco Administrativo da Penitenciária Central do Estado, no valor total de R\$405.000,00, sendo R\$324.000,00 do Ministério da Justiça e R\$81.000,00 a título de contrapartida do Estado; e

3. Convênio nº 196, celebrado em 29/11/2001, objetivando a Ampliação da Penitenciária Feminina do Estado do Paraná, no valor total de R\$1.310.000,00, sendo R\$1.048.000,00 do Ministério da Justiça e R\$262.000,00 a título de contrapartida do Estado.

Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs 71, 72 e 73/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, para execução dos programas PNAE, PNAC-PNAE Creche e PNAI-PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 038/05, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, restituindo o Projeto de Lei nº 342/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 009/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva e Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcísio Rizzi.

O Deputado Barbosa Neto, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

1 - a inclusão do Curso de Teologia nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná;

2 - a procura por este curso vem crescendo nos últimos tempos, já que estamos num país de forte predomínio religioso;

3 - o Estado deve oferecer, aos que desejam se aprofundar na matéria, a oportunidade de poder se graduar em Teologia, respeitando a individualidade religiosa de cada cidadão e garantindo a orientação pedagógica do curso em questão, sem prejuízo ao estudante ou à crença que ele professe.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 010/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi:

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja pavimentado o trecho da estrada que vai da sede do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jacutinga.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz a pavimentação asfáltica do trecho narrado na presente indicação, pelo fato de que há um grande fluxo de veículos pesados na região, os quais escoam a produção da localidade.

Tal obra irá ao encontro dos anseios da população local e daqueles que prestam serviços, fazendo com que haja um aumento de capital e, conseqüentemente, um gradativo aumento na qualidade de vida.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 114/05 (Fica autorizada a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER).

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para discussão e votação ao Projeto de Lei nº 044/05, item 22 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 062/2004 (Altera redação do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 14.234 de 26 de novembro de 2003 - Procuradoria Geral do Estado) por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 044/2005, por 05 (cinco) Sessões, item 22 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 14 de abril (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Leis nºs 494/2004 e 144/2005 que disciplina, controla e fiscaliza o comércio de tintas em recipientes de spray no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei nº 320/2004, por perda do objeto e de autoria do ora requerente.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 167/2005, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja anulada a votação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito referente a irregularidades nas Universidades Estaduais, ocorrido na segunda Sessão Plenária do dia 06 de abril passado, antecipando a Sessão Plenária de 07 de abril.

A votação do relatório da CPI deveria ter ocorrido primeiramente na segunda-feira, dia 04 de abril, todavia

por decisão da Casa, a votação foi adiada por três Sessões, ou seja, na segunda-feira decidiu-se que durante as próximas três Sessões não se discutiria nem se votaria o relatório. Disso resulta que nas Sessões de terça, quarta e quinta (segunda Sessão de quarta) a matéria não seria objeto de discussão e votação.

Não cabe contar o fato do relatório não ter sido votado na Sessão de segunda-feira, posto que nesta Sessão decidiu-se que, por três Sessões, esta votação seria adiada, ou seja, houve decisão relativa ao relatório na Sessão de segunda-feira, e o resultado da decisão foi o adiamento por três outras Sessões (terça, quarta e quinta-feira).

Esta forma de contagem é corrente tanto no trato comercial como no processual. Quando se fala em três dias, a contagem inicia-se no dia seguinte, ou seja, exclui-se o dia do começo, o dia da decisão. Neste mesmo sentido temos o conteúdo do artigo 270 do Regimento Interno da Assembléia. “Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou Sessões neste Regimento, computar-se-ão, respectivamente como dias ocorridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas: os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia ou Sessão inicial e inclui-se o do vencimento.”

Assim, entendo que a votação ocorrida na segunda Sessão Plenária de quarta-feira está eivada de nulidade, posto que não respeitou o prazo de três Sessões sem votação, estabelecido na decisão proferida na Sessão ocorrida na segunda-feira. Assim, requeiro à Mesa seja declarada a nulidade da votação iniciando-se nesta Sessão nova discussão e votação do relatório.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a constituição de Comissão Especial com finalidade de acompanhar, assessorar e ainda desenvolver outras atividades visando o Referendo Popular sobre a venda de armas de fogo no Brasil, e ainda proceder análise dos avanços havidos na área de segurança pública com a edição das leis de desarmamento no âmbito estadual e nacional.

A Comissão a ser constituída contará com no mínimo cinco Deputados, devendo receber apoio técnico, administrativo e mesmo financeiro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para a consecução de seus fins.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que seja registrado nos Anais

desta Casa de Leis os fatos ocorridos contra a liberdade de imprensa no Município de São José dos Pinhais, em que foi vítima o jornal da cidade, sendo o proprietário Cristiano Lourenço de Lima.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização do Plenário para se deslocar a Brasília, nos dias 28 e 29 do mês de abril, atendendo convite da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal.

Outrossim, solicito também, seja autorizado o deslocamento dos funcionários do Gabinete Parlamentar Osni de Souza Calixto e Otácio Pereira.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 02 de maio, para a comemoração do Dia do Imigrante Polonês no Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Durval Romão, ocorrido em 03 de abril do corrente, em Japurá, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Aumagro Moura, ocorrido em 06 de abril do corrente, em Japurá, Paraná. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, dei-

xando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Enzo Rogério Galileu Bonetto, ocorrido ontem, dia 10.05.2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Perdemos repentinamente, aos 48 anos de idade, nosso amigo e companheiro Enzo Rogério Galileu Bonetto, ocorrido na data de ontem nesta Capital.

Enzo deixou a mãe, Sra. Neuza Bonetto, a esposa Ana Luiza Barreiro Bonetto e os filhos Thiago, Daniel e Gabriel. Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado e fiel amigo Enzo Rogério Galileu Bonetto. Leva consigo entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever aqui na terra. Com um sorriso nos lábios nunca se acovardou ante ao perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça. Amigo e companheiro de todos, admirador incansável do time de seu coração, o Coritiba. coxa-branca nato, leva consigo a lembrança dos amigos que aqui ficaram, porém, fiéis à sua memória, aos seus exemplos e suas lições, hão de continuar a ser a nossa bússola.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, e os amigos que o adoravam despediram-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos e os familiares de Enzo Rogério Galileu Bonetto, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bonetto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja enviado voto de profundo pesar à família do Sr. Paulino Setti, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 06 do corrente, no Município de Pato Branco.

Do aprovado requer ainda que seja enviada correspondência à família enlutada, externando nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do Sr. Paulino Setti, ocorrido no último dia 06 de abril de 2004, em Pato Branco. O Sr. Paulino Setti nasceu em Guaporé-RS, foi casado com a Sra. Vidinha Marzela Leonardi Setti (já falecida) durante 56 anos e dessa união de muito amor teve seis filhos: Letícia, Aristeu, Élio, Olinda, Roberto e César.

O Sr. Paulino mudou-se para Pato Branco em 1952 por influência do Sr. João Leonardi, que tinha comércio madeireiro no município e era pai da Sra. Vidinha, por quem mais tarde ele se apaixonou, casou e com muito trabalho e dedicação criou seus filhos.

Trabalhou inicialmente transportando madeiras. Em 1953 foi taxista, e nesta atividade permaneceu por mais de 46 anos. Era conhecido e carinhosamente chamado por “Seu Paulino da Praça” e fundou o primeiro ponto de táxi de Pato Branco.

Pessoa de grande carisma, trabalhador e sempre disposto a lutar pela classe, ajudou a criar a Associação dos Taxistas e Caminhoneiros do Sudoeste do Paraná em 1970. Em 1971 a Associação foi transformada em Sindicato e em 1972 foi eleito Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Pato Branco, onde permaneceu por 18 anos. Foi também fundador e membro da Federação e Confederação Nacional dos Transportes. No ano de 1981, Paulino Setti recebeu o certificado de Honra ao Mérito da Federação Nacional dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários no Rio de Janeiro.

Em 1983, Paulino Setti adquiriu a sede do Sindicato de Francisco Beltrão e mais dez delegacias nos municípios da região Sudoeste, prestando relevantes serviços com assistência jurídica, odontológica e educacional aos seus associados.

Por seus relevantes préstimos à sociedade, foi agraciado em 06 de novembro de 2001 com a medalha JK pela Confederação Nacional do Transporte, em Brasília.

Durante toda sua caminhada Paulino foi um homem simples, um grande colaborador, homem de luta e de muitas conquistas e também o amigo de todas as horas. Pessoa muito querida e de grande entrosamento com a comunidade, deixa o exemplo de humildade, trabalho e amor à família, e nesta hora deixa aos familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparáveis.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lem-

brança de homem honesto, pai exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações à Chefe da EMBRAPA-Soja, Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, pelos trinta anos de instalação em Londrina, comemorado dia 16 de abril.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A pesquisa agropecuária brasileira desempenha um papel fundamental para com a soberania nacional, gerando tecnologia que resultam em alimentos mais seguros e de melhor qualidade e promovem benefícios para toda a sociedade. Em trinta anos de atuação, a EMBRAPA-Soja e seus parceiros nacionais e internacionais têm desenvolvimento tecnológico para a produção de soja e de girassol, no Brasil, e de trigo, no Paraná. As inovações garantem eficiência no manejo das culturas e no controle integrado de pragas e plantas daninhas e potencializam as culturas de soja, girassol e trigo.

A EMBRAPA-Soja teve forte participação no desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos que possibilitaram a abertura de novas fronteiras agrícolas, incorporando o cerrado no cenário agrícola. A EMBRAPA, em parceria, já desenvolveu 206 cultivares e atualmente responde por cerca de 50% do mercado de sementes de soja.

A preservação ambiental é prioridade para a promoção da qualidade de vida. Por isso, as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA-Soja e seus parceiros promovem altas produtividades, mas também asseguram o menor impacto possível ao meio ambiente.

Além do intenso trabalho de pesquisa, a EMBRAPA-Soja mantém diversos canais de interação e diálogo com a sociedade para mostrar seus resultados. Esta iniciativa é realizada por meio de dias-de-campo, palestras, eventos, treinamentos, visitas e meios de comunicação em geral. E também auxilia a formação de estudantes, oferecendo estágios, bolsas de iniciação científica e oportunidades para menores aprendizes.

Pelo brilhante trabalho desenvolvido é que propomos esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas pela passagem, no próximo dia 14 de abril, do seu 126º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. João de Oliveira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Francisco Acioli Ribas, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Palmas estará comemorando no dia 14 de abril próximo, seus 126 anos de emancipação política.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população palmense, que ao longo desses 126 anos vem lutando e trabalhando dia após dia para que o Município continue sendo um exemplo de progresso.

Parabenizamos a todos aqueles que de uma forma ou outra prestam sua colaboração acreditando que é com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

Pois a união de povo e administração municipal, juntamente com a representação estadual, é que impulsionam o progresso.

Nesta significativa data de 14 de abril, toda a população é digna do nosso reconhecimento e admiração, na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do seu Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão à população palmense, cumprimentando a todos no transcurso de seus 126 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a isenção nos Anais da Sessão de hoje, de voto de congratulações ao Senador Nivaldo Krüger, Chefe do Escritório do Paraná em Brasília, pelo lançamento de seu oportuno livro “Sudoeste do Paraná, Bravura e Trabalho” que vem enriquecer a bibliografia paranaense.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Quando, por ocasião dos trezentos anos de Curitiba, na condição de Prefeito da nossa amada cidade, quis reeditar a bibliografia paranaense numa coleção chamada de Coleção Farol do Saber-Estante Paranista Essencial” consultei a seção de documentação paranaense da Biblioteca Pública do Estado e fui informado de que em toda nossa história, aqui teriam sido publicados não mais que oito mil títulos.

Cada novo livro sobre aspectos da formação e povoamento do Paraná precisa ser, por isso, celebrado.

Ocasão de informação e preservação da nossa memória.

REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Deputado Júlio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina em razão do lançamento do livro “Combustíveis Automotivos - Manual dos Usuários e Revendedores”, de autoria de Paulo Fernando de Azambuja Boamar, a realizar-se no dia 18 de abril de 2005, às 19h00, no hall da referida Casa Legislativa, com votos extensivos ao autor da obra.

Funcionário da ELETROSUL Paulo Fernando de Azambuja Boamar é também Presidente do Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, que é uma entidade privada, sem fins lucrativos, oferecendo apoio aos órgãos de Governo nas ações contra as fraudes e sonegação no mercado de combustíveis.

A iniciativa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina merece a homenagem desta Casa, quando leva publicidade a essa obra que mostra como funciona o mercado de combustíveis nos últimos anos.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Sr. Adonai Aires de Arruda e a Sra. Terezinha Parodi, pela posse nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente da Federação Paranaense de Convention & Visitors Bureaux.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 8 do corrente, os cinco Presidentes dos Convention & Visitors Bureaux do Paraná oficializaram a criação da Federação Paranaense de Convention & Visitors Bureaux. Com a unificação das conventions, a atuação será conjunta, incrementando o mecanismo turístico do Paraná, face ao dinamismo que resultará em mais eventos e recursos, bem como propiciará futuramente a formação da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja endereçado voto de congratulações ao jornalista Silvonei José, da Rádio Vaticano (silvonei@tiscali.it), em razão da atuação daquele profissional paranaense na Santa Sé.

O jornalista Silvonei José, natural de Pato Branco, demonstra sua competência na Rádio Vaticano, que foi inaugurada em 12 de fevereiro de 1931, pelo Papa Pio XI.

A Rádio Vaticano conta com mais de quatrocentos funcionários, entre jornalistas e técnicos de 59 nacionalidades. Transmite através de cinco redes em quarenta idiomas.

Entre as funções da Rádio vaticano estão informar o mundo sobre as atividades da Santa Sé, difundir os ensinamentos do Pontífice Romano e apresentar o ponto de vista da Igreja referente aos temas da atualidade.

No dia 02 de abril de 2005, o jornalista Silvonei José cumpriu a triste missão de anunciar a morte do Papa João Paulo II ao mundo.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI

AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor à Sra. Scheila Marize Toledo Pereira, Diretora do Núcleo Estadual de Educação de Curitiba.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor à Sra. Bonina Barbosa Xavier.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor à Sra. Silvia Cristina Barbosa Xavier.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Sr. Beto Moraes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Sr. Cristian Toledo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 808

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor a Xinef Gráfica e Editora Ltda, na pessoa de Roberto C. Malage, Diretor Presidente. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor à Sra. Cléa Márcia Bernardes de Oliveira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Sr. Elias de Jesus Pinheiro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Pastor Marcos Zanin.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Sr. Roberto Vezozzo. A referida homenagem

deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à CECOPAR (Centro Contábil Paranaense S/C Ltda), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Auto Elétrica e Mecânica Seminário, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, a Cordobes Cabeleireiros, na pessoa de Juvenal Nones, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Malharia Melo Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Personalitá Centro de Estética, na pessoa de Elci da Silva Gomes e equipe, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Impor Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o

Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Peskimar Artigos de Pesca Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Sigma Sound Car, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, a Regina Ester Pires Gomes Cruz, pelos relevantes serviços prestados à Educação Especial Paranaense.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, a Alcyon Pires Gomes Júnior, pelos relevantes serviços prestados à Educação Especial Paranaense.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Escola Especializada Primavera na pessoa da Diretora Juleide Vieira Ramon, corpo docente e funcionários, pelos relevantes serviços prestados à Educação Especial Paranaense.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, a Carlos Roberto Menosso, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica e a seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Dr. Jaime Luiz Schluga, pelos excelentes serviços prestados na área jurídica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, à Galeteria Caxias, pelos excelentes serviços prestados à sua clientela há mais de 15 anos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de moção de louvor ao DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná, sob a responsabilidade do Diretor Geral, Sr. Marcelo Brandão de Almeida, pela conquista de Medalha de Ouro do 23º Prêmio Promoção Brasil 2004, instituído pela Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda - ABRACOMP, na categoria "Ação Promocional, Social ou Comunitária", pelo desenvolvimento da campanha educativa "Muti-rão pela Vida".

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, ofício solicitando serviços de pavimentação asfáltica nos trechos abaixo relacionados:

Trecho 1 - Sede do Município de Reserva do Iguaçu à sede do Município de Pinhão; a distância total de 25 quilômetros.

Trecho 2 - Sede do Município de Reserva do Iguaçu à Sede da Usina Governador Ney Braga com distância de nove quilômetros.

O referido pedido justifica-se, pois são obras de grande relevância para os municípios de Reserva do Iguaçu e Pinhão, além de outros municípios das microrregiões Centro Sul e Sudoeste do Paraná. A realização

destas obras promoverá a integração de duas importantes regiões do nosso Estado.

A população daquela região há muito espera esta ligação asfáltica, apesar do tempo, um importante passo foi dado com o início da obra, mas a continuidade tão esperada não aconteceu e, sabedor da sensibilidade e esforço desta Secretaria em retomar as obras, o representante da comunidade e Vereador Sr. Jocelino Siqueira Moraes encaminhou ofício a esta Deputada que apresenta ao Sr. Secretário na certeza da compreensão e atenção sempre despendida.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, encaminhando requerimento aprovado na Câmara Municipal de Pinhais, de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro, que solicita nossas gestões junto à SEED para que seja procedido, com a máxima urgência, a restauração do muro no Colégio Estadual Paulo Freire - Ensino Fundamental e Médio - Vila Irene Margarida do Município de Pinhais.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Lellis, 393 - CEP: 83.323-000 - Pinhais -PR.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes Dr. Waldyr Pugliesi, no sentido de viabilizar recursos financeiros para pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre os Distritos de Palmitópolis, em Nova Aurora e Jotaesse, Município de Tupãssi.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de louvor à Indústria Missiato de Bebidas, com expedição do correspondente diploma, por ter recebido a certificação ISO 9001 - Internacional Organização of Standardization 9001. Essa norma determina que as empresas e organiza-

ções definam padrões adequados de qualidade, documentem seus processos e demonstrem que esses padrões e processos estão sendo seguidos. As vantagens na adoção dessa norma são muitas: transparência na definição de funções e responsabilidades; melhoria no fluxo operacional que permite ganho de produtividade; diferenciação da concorrência, possibilitando maior competitividade; fixação de procedimentos e conseqüente economia em função das melhorias dos processos, eliminação de desperdícios e fabricação de produtos com qualidade garantida.

A certificação recebida foi concedida pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI), com sede na Inglaterra.

O voto de louvor endereçado à empresa paranaense, situada em Jandaia do Sul, é um incentivo à criatividade do empresário paranaense que envida esforços em busca de qualidade através da capacitação do trabalhador do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando documentos conforme solicitação do Sr. Narciso Sesti.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, convidando-o, a pedido da Câmara Municipal de Londrina, a comparecer à uma Sessão Plenária da referida Câmara, para tratar de assuntos relacionados à pasta e ouvir reivindicações.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informações sobre os motivos pelos quais o Processo nº 8.453.154-5, que tramita na referida Secretaria, ainda não foi despachado.

O processo citado acima é referente à Lei nº 14.590, assinado pelo Governador Roberto Requião em

22/12/2004, e trata do enquadramento dos servidores públicos que foram admitidos antes da promulgação da Constituição em 1988, bem como concluíram curso de graduação antes da Lei nº 13.666, ou seja, antes de julho de 2002.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Toledo a partir do Distrito de Dez de Maio, passando por Margarida até a Sede do Município de Pato Bragado, cuja obra está inserida no Orçamento Geral do Estado para 2005.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma rodovia de extrema importância para a definitiva integração daquela rica região do Oeste, cujo leito da estrada existe há mais de cinquenta anos, tendo servido como corredor de exportação de madeira, erva-mate através do Porto Britânia. Temos absoluta convicção de que o Estado será o mais beneficiado com a rodovia asfaltada, pois além de resgatar compromissos, esta proporcionará a retomada do tempo em favor da população que tem no seu dia a força do trabalho no campo, produzindo e gerando riquezas.

REQUERIMENTO Nº 830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reinício das obras de construção e pavimentação da rodovia Cafelândia/Palmitópolis: Jotaesse, que já tem parte executada de terraplenagem pela empresa Malucelli, e por emenda nossa, consta do Orçamento Geral do Estado para 2005.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma rodovia que integra municípios e região com altíssima produção agropecuária, cuja importância é reconhecida por longos anos, tendo inclusive já ocorrido licitação para início das obras, sendo à época vencedora a empresa Malucelli, que inclusive executou serviços de terraplenagem.

A população clama por mais esta obra, pois será uma verdadeira redenção, ajuda capaz de tirá-los da situação aflitiva em que se encontram, visto a precariedade daquele trecho de rodovia.

REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando providências cabíveis e a abertura de sindicância para apurar os fatos do espancamento da funcionária do Tribunal de Justiça, Cristiane Kepper por membros da Polícia Militar.

Outrossim, requer votos de solidariedade à servidora agredida.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, para dar ciência do requerimento, apresentado no dia de hoje, de envio de expediente ao Comandante da Polícia Militar e de solidariedade à Cristina Kepper, funcionária do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente convidando o Exmo. Deputado Paulo Bernardo para a Sessão Especial em homenagem à sua investidura no cargo de Ministro do Planejamento, a realizar-se no dia 25 de abril de 2005.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO, ÂNGELO VANHONI, TADEU VENERI, ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, PADRE PAULO CAMPOS, HERMES FONSECA e NATÁLIO STICA.

REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi e ao Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Eduardo Requião, informar os dados relativos à evolução da movimentação de cargas, em tonelagem, no Porto de Paranaguá, enfocando a exportação, importação, complexo soja, farelos e óleo de soja.

E também informar o crescimento dos valores das cargas movimentadas, em dólares, considerando exporta-

ção e importação e, isoladamente, a importação e a exportação. Fornecer os dados de forma comparativa entre os anos 2003 e 2004 e com aqueles divulgados para o Porto de Santos, no mesmo período.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) WALDYR ROSSONI, BARBOSA NETO e DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, conforme nos foi solicitado por professores do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando o desembarque da chamada operação "Força Tarefa" em Londrina, para conter a crescente criminalidade na cidade.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, pedido de apoio e cooperação de todas as autoridades para que os trabalhos realizados pelos Vereadores na Câmara Municipal deste Município transcorra dentro das normas de urbanidade e respeito à ordem e que vença a democracia.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Procurador Geral do Estado, Elmo. Sr. Sérgio Botto Lacerda, encaminhando a "Ação Popular" protocolada na Vara Federal, para que o mesmo tome conhecimento das denúncias conforme este Deputado ficou de apresentar durante a vinda do Sr. Sérgio Botto Lacerda a esta Casa de Leis, no último dia 12 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da rodovia que liga o Distrito de Bragantina/Assis Chateaubriand à rodovia Toledo/Palotina, com aproximadamente sete mil metros, cujos serviços de terraplenagem, já foram executados ainda no Governo Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma rodovia de grande importância para as comunidades beneficiadas dos distritos e localidades, que muito contribuem com seu trabalho na agricultura e pecuária, gerando riquezas e progresso para os Municípios do Estado do Paraná.

A população clama por mais esta obra, pois será uma verdadeira redenção, uma ajuda capaz de tirá-los da situação aflitiva em que se encontram, visto a precariedade daquele trecho de rodovia.

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Técnico da COMEC, solicitando cópia do Projeto das Estrada da Ribeira, lotes 01 (Atuba ao Alto Maracanã) e 02 (Alto Maracanã ao Contorno Norte), conforme ofício nº 52/2005, protocolado em 28 de março de 2005.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja agilizado o processo de credenciamento do Hospital da Providência de Apucarana, para atender Apucarana e região, no procedimento de serviço de quimioterapia, conforme protocolo 5428.613-91, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação, feita pelo Hospital da Providência de Apucarana, protocolo 5428.613-91, encontra-se nesta Secretaria há mais de dez anos para ser liberado. Este tipo de procedimento que seria de relevante serventia para nosso povo de Apucarana e de toda a região, dada a carência deste serviço para o atendimento de pessoas com uma doença tão grave e que requer tanto cuidado. Daí o nosso pedido.

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER à SESP informações sobre o jogo com máquinas eletrônicas - "caça níquel", bem como jogo do bicho realizado nesta Capital, Região Metropolitana e interior do Estado do Paraná, em vários estabelecimentos comerciais e bares, em função de denúncias encaminhadas a este gabinete parlamentar dando conta da existência de tais jogos, já devidamente comprovadas por este Deputado.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento deve-se em função da existência de vários locais que ainda - não só o jogo do bicho, mas também o jogo eletrônico - "caça níquel", encontram-se em pleno funcionamento. As denúncias anônimas chegam a este gabinete parlamentar, em função deste Deputado ser membro e Presidente da Comissão de Segurança, diante do que as mesmas foram devidamente checadas e apuradas, sendo em levantamento preliminar devidamente constatado o respectivo funcionamento.

Levantamento Preliminar:

Rua Engenheiros Rebouças, 499 - Rebouças - Curitiba / PR - em um bar e restaurante; Rodovia sentido Ponta Grossa - Curitiba - no Auto Posto Tibagi, próximo ao trevo que vai para Irati - no restaurante existe máquinas de vídeo pôquer; Rua Valdemar Couste, quase esquina com Padre Deon, no Bar do Júlio, no bairro Vila Hauer; Rua Maria de Assunção, entre as ruas Alcino Guanabara e Valdemar Couste, no bar Big Fiche, no bairro Vila Hauer.

Diante das denúncias esse gabinete parlamentar encontra-se realizando maiores levantamentos que serão, posteriormente, devidamente encaminhados à SESP.

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para que preste as seguintes informações a respeito das obras de pavimentação da Rodovia PR-281, no trecho entre Agudos do Sul e Tijucas do Sul:

- a data provável do início e término da pavimentação do trecho rodoviário da rodovia PR-281 entre Agudos do Sul e Tijucas do Sul.

- Qual o cronograma de execução das obras acima referidas? Juntar cópia do planejamento.

- Há recursos orçamentários já autorizados? Qual o montante?

- Por que não foram concluídas as pavimentações do referido trecho rodoviário, sendo que restam oito quilômetros para pavimentar?

- Qual o traçado planejado para a rodovia após a pavimentação?

- Esse traçado desviará o centro da cidade de Agudos do Sul?

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná. Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual.

Esse pedido apresenta-se no sentido de acompanhar as obras de pavimentação da nossa malha rodoviária. A Rodovia PR-281, além de importante para Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Piên, Mandirituba, São José dos Pinhais, Curitiba e região, é fundamental para o escoamento da safra da região, bem como para o crescimento sócio-econômico destas cidades.

Esta justificativa deve-se a protestos e reclamações dos moradores da região e pelo péssimo estado em que se encontra aquele trecho. Estas são as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, informações sobre a ação que teria impetrado em juízo, segundo próprias palavras a seguir transcritas (Of. 104/04-Gab. SECS):

“Em resposta à sua solicitação datada de 24/11/04 e enviada a esta Secretaria de Comunicação, tenho a informar que se trata de uma mentira e estou indo à justiça para exigir que a verdade se imponha neste caso. Atenciosamente, Airton Pisseti - Secretário de Estado da Comunicação”.

Juntar cópia da petição e informar sobre a prestação jurisdicional recebida, juntando cópia da respectiva decisão judicial; informar se a mesma é definitiva ou se está pendente de recurso, informar quem interpôs o apelo e qual a tramitação dos autos, juntando cópia do recurso, das contra-razões e dos despachos judiciais exarados.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e DURVAL AMARAL.

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do

inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente aos Exmos. Srs. Governador do Estado do Paraná e Procurador Geral de Justiça do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de ação judicial proposta pelo Ministério Público do Paraná, em face dos Procuradores do Estado e/ou Estado do Paraná:

- há ação judicial proposta pelo Ministério Público do Estado requerendo que os Procuradores do Estado do Paraná deixem de receber honorários e verbas de sucumbência decorrentes de ações em que o Estado e suas entidades sejam partes?

- Em caso afirmativo, qual é exatamente o pedido do Ministério Público do Paraná na referida ação?

- Qual a fase processual da presente ação? Há decisões de mérito? Em quais instâncias?

- Quais os advogados responsáveis pela defesa do Estado e quais os integrantes do Ministério Público Estadual que estão promovendo as ações?

- Qual a destinação dos honorários e verbas de sucumbência recebidas pelo Estado do Paraná?

- Na hipótese de existirem ações em andamento: indicar o número dos autos e varas onde tramitam; cópias das petições iniciais e contestações; cópias das decisões de mérito já proferidas pelo Judiciário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, REQUERENDO informações a respeito de qual o prazo de expedição da carteira de identidade pelo Instituto de Identificação do Paraná.

Tal solicitação prende-se ao fato de que existe solicitação de 1ª via de identidade do dia 16 de dezembro de 2004, e que até a presente data encontra-se pendente. Caso do protocolo de nº 100-12-9770-4 da Sessão de Identificação da Polícia Civil de Paranaguá.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, solicitar informações à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, para que esclareça as razões para o iminente fechamento do Escritório Regional desta Secretaria de Estado, no Município de Pato Branco.

Na certeza de vosso atendimento, ficamos no aguardo de sua resposta. Sem mais para o momento, aproveito para reiterar nossos votos de apreço.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando do mesmo a análise do Ofício nº 125/2005, do Hospital Colônia Adauto Botelho, bem como o envio de informações sobre a situação daquela entidade à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança.

Trata-se de grave situação que deve ser objeto de análise e providências.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Tadeu Loyola da Costa, solicitando do mesmo que determina a análise do Ofício nº 125/2005, do Hospital Colônia Adauto Botelho, bem como informe esta Casa sobre os critérios utilizados pelo Poder Judiciário ao determinar o internamento de adolescentes na referida entidade.

Trata-se de grave situação que deve ser objeto de análise e providências.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja providenciado o aumento do efetivo das Polícias Civil e Militar, e também o aumento do número de viaturas no Município de Sarandi.

O objetivo é coibir o aumento da criminalidade e violência que está crescendo assustadoramente no Município e deixando a população temerosa quanto a integridade física dos seus familiares.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, para que determine ao Secretário da Segurança Pública e ao Comando de Policiamento da Capital do Estado, providências quanto ao policiamento mais intenso do Setor Histórico de Curitiba, desde a Catedral, Largo da Ordem, Praça Garibaldi, Praça João Cândido, anfiteatro das Ruínas de São Francisco, até as Ruas Carlos Cavalcanti, 13 de Maio, Trajano Reis e Inácio Lustosa, e até a praça Padre Sotomaior, do Cemitério Municipal.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os moradores daquele populoso setor de Curitiba, gente honesta e trabalhadora, na sua maioria famílias curitibanas, ressentem-se dos recentes e repetidos assaltos a faca, ou a mão armada.

No último sábado minha mãe e minha tia, Tereziinha Greca de Macedo e Rosa Greca, já com idade avançada - correram grave risco de morte, sendo assaltadas na fila da Padaria América - Padaria Engelhardt -, onde os curitibanos tradicionais vão comprar a broa de centeio.

Não são poucas as ocorrências semelhantes, no Setor Histórico.

Por isso o pedido de policiamento. Os curitibanos confiam na atual gestão e pedem providências.

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, para que determine ao Secretário da Segurança Pública e ao Comando de Policiamento da Capital do Estado, providências quanto ao policiamento mais intenso da Vila Parolim, Avenida da República, e condomínios anexo ao local conhecido por Ferroviária.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Os moradores daquele populoso bairro de Curitiba, gente honesta e trabalhadora ressentem-se da ausência do Módulo Policial desativado na gestão Jaime Lerner.

Confiam na atual gestão e pedem providências.

A liderança local, Sr. Carlos Amilton Singer, fone 9973-1954, fax-1945, em reunião dos condomínios da região tirou a proposição de apelo ao Sr. Governador, coisa que faz através deste Deputado e da egrégia Assembléia.

REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários da Estação Tubo da Praça Tiradentes, Centro.

Ocorre que por volta das 19hs há um bando de adolescentes aproximadamente 15 (quinze) elementos, os quais entram pela saída da Estação, vão para o ônibus Ligeirinho, aterrorizando e roubando os usuários, e des-cem no Tubo das Nações.

O motorista e cobrador do ônibus não podem fazer nada, motivo pelo qual fazemos tal pedido. Pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 172/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Pró-Pinhais de Promoção Humana, com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Pró-Pinhais de Promoção Humana, tem como objetivo as atividades de atendimento de urgência e emergências médicas, atendimentos ambulatoriais, serviços de diagnóstico e/ou terapêutico, cirurgias, transplantes, apoiar e desenvolver projetos, ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente.

Sendo assim, faz-se a necessidade da declaração, pela mencionada Fundação estar voltada para o bem-estar da sociedade.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 173/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Hipismo, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Hipismo, CNPJ nº 75.626.408/0001-72, fundada em 12 de maio de 1947, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado, tem a finalidade de regulamentar, difundir, estimular e aprimorar o esporte hípico entre os seus filiados, fazendo isto para a elevação do moral e físico dos seus atletas, e ainda promover eventos que cooperem também para o aprimoramento de seu corpo técnico, investir em competições de todas as categorias no Estado e fora dele.

Sendo assim, faz-se a necessidade da declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para tal esporte. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 174/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os alunos usuários dispensados de pagamentos das taxas, referentes ao uso de estacionamento cobrado pelas universidades, faculdades e centros universitários instalados no Estado do Paraná.

Art. 2º Em sendo terceirizado o estacionamento, a responsabilidade pelo curso de tal serviço será da universidade, centros universitários ou faculdade contratante.

Art. 3º Ficam as universidades, faculdades e centros universitários obrigados a divulgar o conteúdo desta lei em suas dependências, através de cartazes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa fazer com que os usuários dos estacionamentos das universidades, faculdades e centros uni-

versitários estabelecidos no Estado do Paraná, sejam dispensados do pagamento de taxas, provenientes do uso do estacionamento por elas disponibilizados.

Ocorre que, mesmo estando os estacionamentos dentro de estrutura das entidades educacionais citadas, muitas destas cobram para permitir seu uso pelos beneficiados por esta lei. Destarte, oneram estes, dificultando ainda mais o acesso ao ensino superior.

Sendo assim, a presente lei será um estímulo à frequência aos meios acadêmicos, seja através de visita a laboratórios, bibliotecas, salas de aulas etc., possibilitando o melhor e mais qualificado acesso à educação de terceiro grau.

PROJETO DE LEI Nº 175/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as escolas estaduais no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas a implantar o Sistema de Registro de Frequência Digital em suas instalações.

Art. 2º O cadastro para o banco de dados dos alunos dar-se-á na unidade escolar a qual pertencem e seus dados deverão ser disponibilizados para a Secretaria da Segurança Pública.

Art. 3º A marcação da frequência dar-se-á no horário de entrada e no horário de saída para todos os alunos.

Art. 4º Os pais deverão receber um boletim mensal apontando a frequência de seus filhos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A biometria é um método mecanizado de reconhecimento de uma pessoa baseado em suas características físicas e de comportamentos, que é a informação biométrica e pode ser usada para identificar pessoas, inclui não a impressão digital. O reconhecimento da impressão digital é um processo no qual a imagem da impressão digital é capturada e as informações detalhadas são extraídas para conversão em modelo digital. O Sistema Biométrico oferece duas funções básicas que são a verificação e a identificação.

Por verificação entende-se um processo individual no qual o sistema biométrico verifica as informações registradas previamente a fim de confirmar se o indivíduo é mesmo quem afirma ser. Já a identificação trabalha com um grupo de informações biométricas com múltiplas combinações nos quais uma amostra biométrica é comparada sequencialmente para um grupo de exemplos arma-

zenados para verificar a identidade entre os detalhes dados.

Com este projeto de lei, temos a intenção de evitar a evasão escolar, bem como um maior controle daqueles que têm acesso às escolas públicas. A implantação deste sistema não é de alto custo, uma vez que toda a rede escolar já é atualmente informatizada, fazendo-se necessário apenas a aquisição da leitora ótica e seu programa de instalação, mas este custo não é nada quando comparado ao benefício que trará aos pais, aos professores, às escolas e aos próprios alunos, que desta forma, além de serem incentivados a não faltar às aulas, sentir-se-ão mais protegidos pela inviabilização do acesso de pessoas estranhas naquele ambiente. Vale lembrar que a identificação civil já conta hoje com este sistema, podendo ser ele aproveitado para repartições e órgãos públicos, formado um grande banco de dados com a Secretaria da Segurança Pública.

PROJETO DE LEI Nº 176/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Porto Amazonas - Ação Social - PROVOPAR, com sede na cidade de Porto Amazonas / PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Declaro que o Programa de Voluntariado Paranaense de Porto Amazonas, com sede na rua Barão do Rio Branco, s/n, centro, na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ 02.876.607/0001-65, em regular funcionamento desde 30/11/1998, cumprindo suas finalidades estatutárias.

E se tratando de uma associação que tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais, pleiteando recursos e soluções; promover e contribuir para formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores da associação; representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade; receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, pleiteando as respectivas soluções; desenvolver trabalhos com crianças, adolescentes e idosos proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida; podendo administrar e manter creches, casa de idosos e outras

entidades filantrópicas; trabalhando de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social.

PROJETO DE LEI Nº 177/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica corrigida a denominação para Polícia Militar, da corporação beneficiada no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, na parte que destinou a quantia de R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à Polícia Civil - a PROERD.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) MARCOS ISFER
RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de corrigir, unicamente, a denominação da corporação beneficiada com dotação orçamentária pela Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, que saiu com a denominação trocada de Polícia Militar para Polícia Civil, quando o objetivo dos autores era destinar recursos para a implementação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, programa este que é de iniciativa exclusiva da Polícia Militar.

Constituem os objetivos do PROERD desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas nas escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a nossa realidade, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida.

As Emendas à Despesa aprovadas e protocoladas sob nº 2525, 2524, 2526, 2527, 3985 são as que devem ser corrigidas, passando o Projeto Atividade de 2109 para 2123, até o limite consignado para o projeto.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 178/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Município de Céu Azul como Pólo Turístico Religioso - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

Art. 2º Fica a Gruta Nossa Senhora de Lourdes incluída no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Localização:

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes localiza-se no Município de Céu Azul, Estado do Paraná, na comunidade Picada Benjamin, com acesso através da BR-277, a onze quilômetros da sede do Município, sendo seis quilômetros de asfalto pela BR-277 e mais cinco quilômetros de estrada cascalhada, trecho bastante íngreme que torna a viagem um tanto difícil.

Histórico:

No ano de 1970, mês de março, o Sr. José Fontana, residente em Erechim, Rio Grande do Sul, procurou o pároco Frei Danilo Biasi, recém empossado na Paróquia São José Operário, Céu Azul, para contar seus planos. Ele era proprietário de uma área de terra na Picada Benjamin a onze quilômetros de Céu Azul. Sua intenção era doar uma parte da área de mato, onde existe um paredão de pedra de duzentos metros de altura e que poderia servir para uma Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, a exemplo de várias grutas existentes no Rio Grande do Sul. Ele, sendo grande devoto de Nossa Senhora, desejava, nesta área iniciar o “Santuário” para romarias de devoção à Nossa Senhora de Lourdes.

Fez proposta de doação da área de 36.300 m2 à Paróquia São José Operário de Céu Azul para o objetivo desejado.

Em junho de 1970, Frei Danilo Biasi, com alguns membros do Conselho Paroquial: Ricieri Catafesta, Reinaldo Biasus e outros, foram falar sobre o assunto com o Exmo. Sr. Bispo Dom Armando Círio, em Toledo. O Sr. Bispo acatou alegremente a idéia e deu autorização para receber a doação e iniciar a gruta no referido paredão.

Depois de alguns trabalhos de roçada e limpeza, e entre as inúmeras pedras, foi celebrada a primeira missa no local com a presença de moradores circunvizinhos, como o Sr. Ângelo Renosto, Família Baú, irmãos Zicatto e outros. No I Livro Tombo da Paróquia São José Operário está assentado na página nº 63, o seguinte: “Dia 28 de março de 1971, foi celebrada a primeira missa na gruta Nossa Senhora de Lourdes, Picada Benjamin”. Foi na gruta “idealizada” pelo Sr. José Fontana.

Atualmente a área é dos irmãos Zicatto. Houve grande festa em benefício “pró-construção da gruta”. Nesta data, na primeira romaria e missa eram: Pároco Frei Danilo Biasi, Prefeito Municipal Emílio Henrique Gomes, Padrinho Alfredo Paschoal Ruaro e o idealizador da gruta José Fontana.

O Pároco Frei Danilo Biasi, em 11 de maio de 1971, escreveu uma carta e a enviou ao idealizador da gruta, dizendo: “dia 28 de março foi realizado o primeiro

encontro fraterno na sua tão querida gruta em louvor à Nossa Senhora de Lourdes, Picada Benjamin. Foi esplêndida a missa com a Primeira Comunhão de seis crianças da redondeza. De Céu Azul, vieram muitos carros e muita gente participou. Foi lindo demais”. Faltava somente o idealizador desta maravilhosa gruta, o Sr. José Fontana.

Alguns anos após este evento, a gruta passou por reformas, o espaço foi ampliado, construiu-se a gruta maior nos fundos do paredão.

No ano de 1971, os irmãos Zicatto: Darci Lourenço Zicatto e esposa Neiva Zicatto, Élio Zicatto e esposa Ana Zicatto sancionaram o termo de doação com um documento particular assinado pelos irmãos Zicatto e Pároco Frei Danilo Biasi. No ano de 1980 foi escriturada e registrada pelo então Pároco Acelino Mantovani em nome do Instituto Popular de Assistência Social (IPAS). A Paróquia adquiriu mais uma parte de área. Atualmente mede 64.960 m² e com código no INCRA nº 721.050.02.653-1. A área, aos 17 de abril de 1997 foi transferida do IPAS para a Mitra Diocesana de Foz do Iguaçu pelo Pároco Frei Justino Stolf.

De 1971 a 2005 foram realizadas 35 romarias com festa externa no bosque da gruta. Desde a sua fundação até o presente a romaria acontece sempre no segundo domingo de fevereiro. A gruta, hoje, tornou-se um local onde famílias e devotos vão realizar momentos de oração, lazer, reuniões e saborear um delicioso churrasco e passar momentos em contato com a natureza rica de belezas. São realizadas excursões vindas de outras cidades da região.

No local, cheio de motivações: o bosque com centenas de espécies de árvores nativas, o paredão com a Via Sacra, culminando com a pitoresca e devota gruta com as imagens de Nossa Senhora de Lourdes e Santa Bernadete, acontecem grande maravilhas, como graças, favores divinos e muita paz a tantos devotos de Maria.

Há muito tempo que a Gruta Nossa Senhora de Lourdes tem sido prestigiada e visitada por romeiros de várias cidades, estados e países. Durante muitos anos, foi-lhe legada somente a condição de espaço físico para a realização de missas, mas tem algo mais a oferecer: é dotada de beleza exuberante da natureza, que colocada à disposição das pessoas e sendo mais divulgada poderá se transformar em um ponto turístico, para a sociedade usufruir e ter um local de lazer. Pretende-se aproveitar essa beleza para contribuir com o crescimento do Município, visto que Céu Azul está na rota do MERCOSUL.

Justifica-se portanto, que o Município, obtendo um ponto turístico de referência, poderá estar recebendo inúmeras pessoas e ser destaque para o Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 179/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do artigo 53 da Lei nº 12.726 de 29 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Lei 12.726/99 regula o direito de uso das águas no território do Estado do Paraná.

A referida lei preconiza o consumo humano e a dessedentação de animais como usos insignificantes e, por conseguinte, apenas estes passíveis de isenção de cobrança. No artigo 53, a referida lei estabelece a competência do Executivo Estadual para a imposição de taxas relativas à concessão do direito de uso.

Ocorre que o parágrafo único isenta as propriedades agropecuárias do pagamento desta taxa, sendo que, no Paraná, a irrigação é praticada quase que exclusivamente pelos grandes proprietários de terra, tornando assim o Estado refém de propriedades que usam indiscriminadamente a água doce, sem contraprestação.

Além disso, a Constituição Federal determina que a competência para legislar sobre a água é da União, assim, os Estados Federados não podem simplesmente inovar na matéria, muito pelo contrário, devem seguir os princípios e as balizas da Lei Federal. Na Lei Federal não há nenhuma isenção à agricultura. No Estado do Paraná, a isenção serve ao agronegócio de exportação e não aos pequenos proprietários da agricultura familiar que produzem alimentos.

Por conta disso, a isenção transgride o artigo 3º da Constituição, que preconiza como fundamento da República a diminuição das desigualdades sociais. Ora, dar isenção para grandes empresários, sem garantir uma política de inclusão dos pequenos não é diminuir as desigualdades, mas agravá-las.

Portanto, é inconstitucional o artigo e precisa ser suprimido. Recentemente o Conselho Nacional de Recursos Hídricos disciplinou a questão, determinando o pagamento de taxas pela utilização da Recursos Hídricos, razão pela qual descabe a manutenção da isenção da taxa constante da lei estadual.

PROJETO DE LEI Nº 180/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Domingos Soares.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Coronel

Domingos Soares, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, dentro de um conceito familiar, nas cinco áreas que interferem diretamente no seu crescimento e desenvolvimento: educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 181/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social de Pato Branco - PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR de Pato Branco é uma sociedade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que em parceria com a Prefeitura Municipal atua nas mais diversas áreas de atendimento a pessoas carentes do Município. Dentre suas atividades podemos citar a participação efetiva na campanha do agasalho, nas campanhas de distribuição de alimentos e medicamentos desencadeadas, apoiando-se estruturalmente, e através do trabalho voluntário de seus participantes.

Por esta e tantas outras ações louváveis deste grupo de apoio é que justificamos nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 182/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as escolas da rede pública estadual autorizadas a firmar convênio de cooperação com empresas privadas para o custeio da realização anual de exames oftalmológicos e otorrinolaringológicos, nos respectivos alunos.

Art. 2º As empresas conveniadas poderão divulgar sua marca em espaço apropriado nas instalações da escola, a ser definido pela respectiva Associação de Pais e Mestres, segundo padrão adequado e desde que não importe em poluição visual ou em comprometimento da fachada ou características físicas e arquitetônicas do imóvel.

Art. 3º É vedada a formalização do convênio de que trata estalei com empresas fabricantes de produtos manifestamente nocivos à saúde, tais como bebidas alco-

ólicas, cigarros e seus derivados, além de outros que, por deliberação das Associações de Pais e Mestres de cada escola, forem considerados não convenientes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Luiz Accorsi, Durval Amaral, Barbosa Neto e Francisco Bühler.

JUSTIFICATIVA:

No intuito de melhor prevenir e de preservar a saúde das nossas crianças é que submeto à apreciação desta Casa a presente proposta de lei que, em eximir o Poder Público do seu dever de prover a Saúde Pública Estadual, dota-o de instrumento para que possa receber auxílio da iniciativa privada, em benefício das crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, além de também proporcionar aos empresários em geral, uma oportunidade para o efetivo exercício da sua responsabilidade social, como elemento não só produtivo de riquezas mas também solidário e participativo em relação aos problemas e deficiências sociais.

PROJETO DE LEI Nº 183/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os veículos automóveis próprios ao transporte escolar, classificados em regulamentação própria.

Parágrafo Único - Para a obtenção do benefício previsto nesta lei é necessário:

I. que os adquirentes sejam motoristas profissionais autônomos;

II. titulares de autorização para a condução coletiva de escolares;

III. que destinem o veículo exclusivamente para tal fim.

Art. 2º A partir do exercício subsequente à publicação desta lei, a renúncia anual de receita decorrente da isenção referida no artigo 1º será apurada pelo Poder Executivo, mediante projeção da renúncia efetiva verificada no primeiro semestre.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, o montante anual da renúncia, apurada na forma da *caput* no mês de setembro de cada ano, será custeado à conta de fontes financiadoras da reserva de contingência, salvo de verificado excesso de arrecadação, apurado também na forma do *caput*, em relação à previsão de receitas, para o mesmo período deduzido o valor da renúncia.

§ 2º O excesso de arrecadação porventura apurado, nos termos do parágrafo 1º, *in fine*, será utilizado para compensação do montante da renúncia.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A educação certamente é um dos alicerces do desenvolvimento e da democracia. Entretanto, as dificuldades de acesso à escola não se limitam à ausência de prédios escolares próximos às residências das famílias, mas também à dificuldade de locomoção para os centros e núcleos que dispõem de sistemas escolares adequados.

A efetiva prestação do transporte escolar em condições de segurança é garantida de maior frequência à escola e de melhor aprendizagem e cumprimento do comando constitucional de que a educação é “dever do Estado e direito de todos” (artigo 205, CF/88).

De outro lado, atende o dispositivo do artigo 208, VII que diz:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

atendimento ao educando, ... através de programas suplementares de material didático - escolar, transporte...”.

O presente projeto de lei busca atribuir ao transporte escolar os benefícios fiscais do ICMS concedidos ao longo dos últimos anos ao transporte individual de passageiros, na modalidade táxi, pela similitude das atividades de serviços prestados.

O projeto de lei se enquadra nos dispositivos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, assim como legislação estadual pertinente, e possui amplo alcance de justiça social e de interesse da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 184/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na forma de doação, uma área de terras denominada de Lote 07B, medindo 0,8759 ha (oitenta e sete ares e cinquenta e nove centiares), objeto de parte da Matrícula nº 1401, do Cartório de Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Cantagalo, localizado no projeto de Assentamento Jiquiá de Cima, no Município de Cantagalo, sobre o qual se pretende a implantação de ramal e terminal ferroviário, com derivação da linha principal da FERROESTE.

Parágrafo Único. Objetivando o fiel cumprimento ao contido no *caput* deste artigo, fica também o Poder Executivo autorizado a tratar de todos os assuntos inerentes junto aos órgãos públicos federais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.004.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

No imóvel objeto do presente projeto de lei, pretende o Estado do Paraná, implantar via recursos do PRO-NAF - Infraestrutura, um ramal ferroviário da FERROESTE, dotado de um terminal de calcário para atender as necessidades dos agricultores dessa importante região do Estado do Paraná. O referido terminal foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural da Cantuquiriguaçu.

Pelas normas operacionais do referido Programa, somente podem ser financiadas obras e instalações em terrenos de propriedade do Estado.

Os recursos para tal empreendimento já estão liberados mediante depósito na CEF, pois ainda são remanescentes do orçamento de 2004. O Batalhão Ferroviário do Exército Brasileiro, sediado em Lages / SC, já se dispõe a executar o Projeto Técnico para a implantação, porém o fará somente após a transferência formal do referido imóvel para o Estado do Paraná, razões pelas quais requer-se urgência na tramitação do presente.

PROJETO DE LEI Nº 185/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores, previamente qualificados, portadores de necessidades especiais causadas por acidente de trânsito, na proporção de no mínimo 40% (quarenta por cento) do total de instrutores, nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, instituídos pelo artigo 268 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§ 1º A instalação de curso de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, a ser ministrado por auto-escolas, instituições ou empresas devidamente licenciadas, prevista no *caput* deste artigo, deverá ser previamente autorizada pelo DETRAN-PR.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o *caput* deste artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 2º Não havendo instrutores qualificados que sejam portadores de necessidades especiais causadas por acidente de trânsito, em número que atinja o percentual definido no artigo 1º deste diploma legal, os organizado-

res dos cursos poderão convocar outros instrutores qualificados para ocuparem as vagas reservadas.

Art. 3º Fica expressamente vedado aos organizadores de curso de reciclagem obstem trabalho, sem justa causa, a portador de deficiência causada por acidente de trânsito, por motivos derivados de sua deficiência, estando os infratores sujeitos às penas do inciso II do artigo 8º da Lei Federal nº 7853, de 24 de outubro de 1989, além das sanções administrativas cabíveis.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa tornar obrigatória a contratação da mão-de-obra de pessoas portadoras de necessidades especiais nos cursos de reciclagem do DETRAN.

Pelo menos 40% (quarenta por cento) das vagas de instrutores dos cursos ministrados por auto-escolas, instituições ou empresas licenciadas, deverão ser preenchidas por pessoas que tenham sido vítimas de acidente de trânsito. A proposta vale apenas para os cursos de reciclagem que são destinados aos motoristas infratores das normas de trânsito.

A iniciativa de utilizar vítimas de acidentes para dar aulas sobre a legislação de trânsito é inspirada em modelos adotados em países da Europa e da América do Norte, que vêm conseguindo resultados positivos com a adoção desta medida. Vale salientar que a eficiência da reeducação e o impacto para quem esta fazendo o curso são maiores quando a pessoa se depara com uma situação em que ela vai analisar as conseqüências de um acidente de trânsito.

Ademais, a aprovação do presente projeto provocará sensível aumento na oferta de emprego para os portadores de necessidades especiais, transformando-se em vetor de inclusão social, ajudando o Paraná a tornar-se um Estado mais justo e com menos desigualdade.

PROJETO DE LEI Nº 186/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Teatral Coisa Nossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Teatral Coisa Nossa, criado em 1982 e registrado em cartório em 1984, entidade cultural responsável pela montagem de mais de 30 (trinta) espetá-

culos em Ponta Grossa, hoje realizando projetos de incentivo a leitura na rede pública escolar com os textos: “A Guerra do Contestado” de Romário Borelli e “Os Fuzis da Senhora Carrar”, de Brecht, este mesclando português e espanhol. Também em fase de pré-produção o espetáculo “A Lenda de Itaqueretaba” de Enéas Lour, com quarenta apresentações no Parque Estadual de Vila Velha.

Desta forma, pela importância das atividades desenvolvidas por esta Associação, apresenta-se o presente projeto a fim de declarar de Utilidade Pública o Grupo Teatral Coisa Nossa.

PROJETO DE LEI Nº 187/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica garantida a participação da comunidade a partir das regiões do Estado, nas etapas de elaboração, definição, execução e fiscalização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

Art. 2º A participação popular dar-se-á através das entidades representativas da população do Estado organizadas nas Plenárias Regionais Orçamentárias, na Plenária Estadual do Orçamento Participativo, nos Conselhos Regionais Orçamentários e no Conselho Estadual do Orçamento Participativo, bem como através da participação direta dos cidadãos presentes nas plenárias das microrregiões do Paraná.

§ 1º A participação popular está garantida em todo o processo, ressaltando-se, no entanto, que apenas nas plenárias das microrregiões é que o direito ao voto se estende a todos os participantes, mesmo não sendo filiados a nenhuma das entidades cadastradas, desde que tenham mais de 16 anos de idade e residam na localidade.

§ 2º Denominam-se microrregiões as diversas áreas que integram cada região político-administrativa do Estado definidas pela Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos e para efeito de discussão das matérias orçamentárias de que trata artigo 1º desta lei.

§ 3º Cada Plenária Regional discutirá a criação das suas microrregiões, obedecendo aos objetivos do parágrafo anterior.

Art. 3º Cabe à população, através de suas entidades organizadas na forma do artigo anterior, obter, dos Poderes Executivo, Legislativo e Ministério Público, todas as informações que julgar necessárias ao desempenho das funções previstas no artigo 1º desta lei.

Capítulo II

Das Atribuições do Executivo Estadual

Art. 4º Ao Poder Executivo cabe:

I - delimitar geográfica e administrativamente as RPAs – Regiões Político Administrativas do Estado do Paraná;

II - oferecer toda a infra-estrutura necessária ao cumprimento desta lei;

III - fornecer todas as informações solicitadas pela população, através do atendimento do que trata o artigo 3º da presente lei;

IV - elaborar proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, os quais servirão como norteadores das discussões nas instâncias previstas no artigo 1º desta lei;

V - submeter à apreciação do Conselho Estadual do Orçamento Participativo quaisquer alterações no Orçamento Fiscal e de Investimento, inclusive os projetos de lei solicitando à Assembléia autorização de abertura de créditos especiais;

VI - deflagrar o processo de participação popular ao que concerte o artigo 1º, definindo as datas das Plenárias Regionais Orçamentárias e convocando as entidades para instalação das mesmas;

VII - convocar o Conselho Estadual do Orçamento Participativo para aprovar os projetos de Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, com 20 (vinte) dias, no mínimo, antes de serem enviados à Assembléia Legislativa;

VIII - prestar contas sobre a execução do plano de governo, obras e atividades, definidas no exercício anterior, através das plenárias populares nas regiões político-administrativas - RPA's - e junto ao Conselho Estadual de Orçamento Participativo, quando da instalação do processo de discussão e elaboração do Orçamento Anual.

Capítulo III

Das Plenárias e dos Conselhos Regionais Orçamentários

Art. 5º Fica estabelecido que as regiões político-administrativas do Paraná - RPA's - realizarão plenárias populares, dando, assim, início ao processo de discussão e elaboração das matérias orçamentárias.

Art. 6º Compete a cada Plenária Regional Orçamentária, além do que estabelece o artigo anterior, instituir o seu Conselho Regional Orçamentário, eleger representantes para fazer parte do Conselho Estadual do Orçamento Participativo e tirar delegados para a Plenária Estadual do orçamento participativo.

§ 1º Cada uma das RPA's elege 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes para o Conselho Estadual do Orçamento Participativo. E na proporção de 01 (um) para cada 10 (dez) presentes na plenária, elege o

número de conselheiros para o Conselho Regional Orçamentário.

§ 2º Cada uma das RPA's elege 10 (dez) delegados à proporção de 01 (um) para cada 50 (cinquenta) presentes nas suas Plenárias Regionais para a Plenária Estadual do Orçamento Participativo.

§ 3º Nas Plenárias Regionais só terão direito a voto e de serem postulantes a delegados e/ou conselheiros nas instâncias e instrumentos de que trata esta lei, os sócios presentes das entidades cadastradas nas suas RPA's.

Art. 7º É de competência do Executivo Estadual estabelecer a duração das Plenárias Regionais Orçamentárias e cadastrar as entidades que delas participarão.

Parágrafo Único. As entidades aptas a participar das plenárias com direito de voto e de representatividade, nos termos do que dispõe os artigos 5º e 6º desta lei, devem obedecer aos seguintes critérios:

I - existir legalmente, no mínimo, há 03 (três anos);

II - ter no mínimo, 50 (cinquenta) sócios, exceto para entidades de assessoria;

III - ter sede na região a qual pretende representar.

Art. 8º Fica estabelecido que cada RPA, através de sua plenária popular, criará seu Conselho Regional Orçamentário com as seguintes atribuições:

I - aprofundar as discussões das matérias orçamentárias em cada microrregião, através de Plenárias abertas ao público, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 2º desta lei;

II - planejar e coordenar o processo de discussão citado no inciso anterior, em conjunto com o Conselho Estadual do Orçamento Participativo;

III - sistematizar as discussões das plenárias das microrregiões para apresentá-las ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo e à Plenária Estadual do Orçamento Participativo;

IV - coordenar juntamente com o Conselho Estadual do Orçamento Participativo a fiscalização da execução do orçamento Anual na RPA a qual corresponda;

V - auxiliar o Conselho Estadual do Orçamento.

Art. 9º Os Conselhos Regionais Orçamentários serão compostos por conselheiros e por 01 (um) representante do Poder Executivo Estadual.

Art. 10. A duração do mandato dos conselheiros regionais é de 01 (um) ano, vedada à reeleição por mais de uma vez consecutiva.

Capítulo IV

Da Plenária Estadual do Orçamento Participativo

Art. 11. Fica instituída a Plenária Estadual do Orçamento Participativo, como instância de deliberação, que tem o objetivo de sistematizar as discussões iniciadas

nas Plenárias Regionais e aprofundadas nas microrregiões, quanto às matérias orçamentárias.

Art. 12. São da competência da Plenária Estadual do Orçamento Participativo, além do que dispõe o artigo anterior, as seguintes atribuições:

I - analisar a política de investimento do Estado no ano anterior;

II - analisar a execução do Orçamento do ano em curso;

III - aprovar o regimento interno do Conselho Estadual do Orçamento Participativo.

Art. 13. Cabe ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo coordenar o trabalho da Plenária Estadual do Orçamento Participativo.

Art. 15. A plenária Estadual do Orçamento Participativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quanto convocada pelo Conselho Estadual do Orçamento Participativo ou pelo Governador.

Capítulo V

Do Conselho Estadual do Orçamento Participativo

Art. 16. Fica criado o Conselho Estadual do Orçamento Participativo, órgão de participação direta da comunidade, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre as matérias referentes às políticas e projetos orçamentários do Estado do Paraná.

Seção I

Da Composição

Art. 17. O Conselho Estadual do Orçamento Participativo será composto por número ímpar de membros assim distribuídos:

I - 02 (dois) representantes eleitos em cada RPA, conforme o artigo 6º desta lei;

II - 01 (um) representante das seguintes entidades da sociedade civil:

a) Departamento Intersindical de Economia e Estatística - DIEESE;

b) Central Única dos Trabalhadores - CUT;

c) Força Sindical;

d) Federação da Indústria do Estado do Paraná - FIEP;

e) Setor Empresarial do Comércio;

f) Central dos Movimentos Populares;

g) Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais - ABONG;

III - 06 (seis) representantes do Executivo Estadual nomeados pelo governador, a saber:

a) 01 (um) representante da Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos;

b) 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

c) 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

d) 01 (um) representante da Casa Civil;

e) 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Obras Públicas;

f) 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

IV - dois representantes das entidades sindicais dos servidores públicos estaduais;

V - um representante da Associação dos Municípios do Paraná;

VI - 03 (três) representantes da Assembleia Legislativa do Paraná;

VII - 01 (um) representante de cada Conselho Estadual;

§ 1º Todos os membros do Conselho Estadual do Orçamento Participativo contarão com seus respectivos suplentes.

§ 2º As entidades da sociedade civil deverão indicar seus representantes titulares e suplentes mediante ofício enviado ao Executivo Estadual, devendo proceder da mesma forma, quando da substituição dos mesmos.

Art. 18. O Conselho Estadual redigirá seu Regimento Interno que uma vez aprovado por 2/3 de seus membros será submetido para aprovação na Plenária Estadual do Orçamento Participativo e homologado pelo Governador.

Art. 19. A duração do mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, vedada à reeleição por mais de uma vez consecutiva.

Art. 20. O Conselho reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo governador.

Art. 21. O Conselho terá um presidente e dois secretários, formando assim a Comissão Executiva.

Art. 22. O Estado providenciará infra-estrutura necessária ao funcionamento do Conselho.

Seção II

Das Competências

Art. 23. Ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo compete:

I - aprovar o conjunto das obras e atividades constantes do Planejamento de Governo;

II - apreciar, emitir opinião e propor aspectos totais ou parciais da política tributária e de arrecadação do Poder Público Estadual;

IV - apreciar e emitir opinião sobre a política de gastos do Governo, inclusive a que se refere aos gastos com a folha de pessoal;

V - apreciar e emitir opinião sobre as visíveis alterações no Orçamento Anual, inclusive aos projetos de lei do Executivo solicitando à Assembléia Legislativa a aprovação para abertura de créditos especiais;

VI - acompanhar a execução orçamentária anual a fiscalizar o cumprimento de Plano de Governo, opinando sobre eventuais incrementos, cortes nos investimentos ou alterações do planejamento;

VII - opinar e decidir em comum acordo com os Conselhos Regionais Orçamentários a metodologia adequada para o processo de discussão e fiscalização das matérias orçamentárias;

VIII - apreciar e emitir opinião sobre investimentos que o Executivo Estadual entenda com necessários para o Estado.

Art. 24. As decisões do Conselho serão consideradas aprovadas quando obtiverem maioria simples dos votos dos conselheiros.

Art. 25. O Executivo Estadual regulamentará o Conselho Estadual do Orçamento Participativo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, após a sanção desta lei.

Capítulo VI

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 26. O Governador do Estado do Paraná convocará a instalação extraordinária da primeira Plenária Regional em cada RPA com o objetivo de eleger seus primeiros representantes junto ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo.

Parágrafo Único. A convocação das referidas plenárias se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da publicação desta lei.

Art. 27. Esta lei será regulamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 28. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA

O presente projeto trata de matéria de competência do Estado do Paraná, na forma dos artigos 23 e 24 da Constituição da República Federativa do Brasil.

A iniciativa de projetos de lei dessa natureza cabe também aos parlamentares não sendo, portanto, privativa do Chefe do Executivo Estadual, conforme prevê o artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná.

O conteúdo da proposição objetiva dar cumprimento aos princípios constitucionais aplicáveis à Admi-

nistração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, notadamente o princípio da publicidade e da impessoalidade.

A participação da sociedade na elaboração orçamentária e no acompanhamento de sua execução é fator de cidadania e democratização do Estado.

O avanço da sociedade sobre as contas públicas com o fim de controlá-las é um processo irreversível e, certamente, as idéias retrógradas e pouco democráticas não resistirão a ele.

Experiências de participação da sociedade na elaboração e acompanhamento da execução orçamentária espalharam-se pelo mundo inteiro em cidades e estados governados por diferentes partidos políticos.

Assegurar a participação popular gera um clima de cumplicidade entre administrados e administradores fazendo com que a segurança e a responsabilidade seja partilhada.

Novos diplomas legais impuseram a publicidade e a transparência como importantes instrumentos na gestão democrática das cidades.

A Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu vários momentos em que a Sociedade deverá participar da elaboração e execução orçamentária. Mais precisamente o parágrafo único do artigo 48 da lei supra estabelece: a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentária e orçamentos.

A Lei 10.287/2001 – Estatuto da Cidade, no capítulo IV – artigo 43 e seguintes, trata da gestão democrática das cidades. Os princípios e ordenamentos previstos neste capítulo podem perfeitamente se efetivados na gestão do Estado como um todo. Entre os instrumentos necessários à garantia da gestão democrática está a participação da sociedade na elaboração e execução orçamentária.

Esses são os principais fundamentos jurídicos e fáticos da proposição que submetemos à Assembléia Legislativa do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 188/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social Rural Comunitário Léa-Leal - CENSORURAL, com sede e foro na Cidade de Teixeira Soares.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social Rural Comunitário é uma sociedade civil de responsabilidade limitada, de caráter assis-

tencial, beneficente e cultural e sem fins lucrativos, como especificado no artigo 1º do seu Estatuto Civil.

Inaugurado em 23 de novembro de 1981 e com sede na Localidade Ribeirão de Cima, s/n, no Bairro Guaraúna, na cidade de Teixeira Soares, o Centro tem como objetivos integrar a comunidade, buscando o desempenho mais eficiente e auto-sustentável do processo de desenvolvimento; prestar serviços complementares, à comunidade em geral, em ação integrada com a Assistência Social, Saúde, Educação, Capacitação Profissional, Esporte e outras atividades que se refiram ao atendimento das necessidades humanas; atender a indivíduos e famílias incapazes de prover a si mesmos, às suas necessidades básicas proporcionando-lhes condições de integração e melhores condições de vida.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada tivemos a abertura da 46ª edição da Exposição Agrícola e Industrial de Londrina, considerada uma das maiores do Brasil, a 15ª versão internacional. Um evento prestigiadíssimo, talvez o segundo maior do nosso País e em alguns quesitos é a campeã do agronegócio. Tivemos a presença do Ministro Roberto Rodrigues, do Prefeito de Curitiba Beto Richa, de centenas de Prefeitos do Paraná e, lamentavelmente sentiu-se a ausência do Governador Roberto Requião e para nós, londrinenses, é sem dúvida nenhuma, um sinal de desprestígio à nossa Cidade. Mesmo nos momentos mais difíceis do Governo, Jaime Lerner fazia questão de estar presente na abertura da Exposição e no ano retrasado tivemos até a presença do Presidente Lula e, lamentavelmente, o Governador Roberto Requião quebrou uma tradição que já se arraigou à cultura popular do londrinense, do norte paranaense.

Podem me dizer, aqueles que aqui estão: “mas, o Governador está, nesta quarta-feira, visitando a Exposição!” Não é a mesma coisa! É como se um casamento acontecesse no sábado e você fosse na quarta-feira na casa dos noivos. Não! Londrina não pode aceitar mais esse sinal de desprestígio e não queremos acreditar que o Governador tenha algum problema com nossa Cidade, porque se a presença do Ministro Roberto Rodrigues ofuscassem a do Governador Roberto Requião em Lon-

drina, isso foi dirimido, porque ele próprio, que outrora na Argentina, fez críticas dizendo que Roberto Rodrigues era Ministro da Montesanto, em Palotina elogiou-o, e esse mesmo Ministro esteve presente nos dois eventos, tanto da inauguração da Cooperativa em Palotina, quanto na abertura da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. Portanto, não há nenhuma desculpa para não ter participado dos dois eventos.

Lamentavelmente esta feira internacional teve empanada sua abertura pela ausência do Governador do Estado, inclusive recebendo as comitivas internacionais de vários continentes do nosso Mundo que lá estavam. O Vice-Governador Orlando Pessuti acabou fazendo as vezes do Governador e bem representou, como Secretário da Agricultura, o Governo do Estado. Mas, o Governador, nesta quarta-feira já está lá e nós até gostaríamos que a assessoria do Governador tomasse cuidado com os lugares que ele irá visitar em Londrina, como por exemplo, ele vai à Exposição e à noite vai a um bar - parece-me que é o lançamento de um livro - onde, há cerca de quinze dias, mataram uma moça lá dentro, onde na semana passada, dois jovens foram presos vendendo droga em frente a esse bar. Então, isso para um Governador de Estado, que vai a um bar que está nas manchetes policiais e deixa de comparecer a um dos maiores eventos do agronegócio brasileiro e mundial, é sintomático até.

Então, queremos apenas manifestar o nosso descontentamento. Não é uma crítica, mas é uma cidade pedindo a presença do Governador em um evento tão importante para os londrinenses, para os norte paranaenses e para todos os brasileiros. É um sinal de desprestígio, é a quebra de uma tradição, e só deixamos esse registro lamentando e esperamos que o ano que vem o Sr. Governador se faça presente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

A pedido do Deputado Anibelli, não sei se foi escolhido o Vice-Líder, mas é o Líder do PMDB, não sei se é Vice-Líder do Governo também, essa é a polêmica do dia: quem será, quais serão os Vice-Líderes? Lamentavelmente eu não posso aceitar esse convite de público; é muito honroso.

Sr. Presidente, até cedendo à solicitação do Deputado Anibelli, o Governador está hoje em visita à exposição de Londrina e também na inauguração de um Centro de Ressocialização de Adolescentes Infratores. De fato, nós estivemos na abertura da exposição, lá esteve o Pessuti, o Ministro Roberto Rodrigues, que ainda à tarde haveria de se encontrar com o Governador na inauguração da C. VALE (Cooperativa de Palotina), tiveram lá um

evento. E para a nossa felicidade, estando presente o Ministro Roberto Rodrigues, o Presidente, em exercício, José Alencar, e o Governador Roberto Requião, não deu nenhuma confusão. Tudo tranquilo, tudo sereno, demonstrando que o Governador quando volta da China parece que volta de uma forma mais serena, mais tranquilo, mais equilibrado, talvez sentindo os eflúvios do Monte Tibet. Isso só faz bem para o Estado. Estamos em Londrina hoje, certamente, nos eventos também saberá conduzi-lo com a prudência necessária que a política e a administração pública exigem.

Também faço uso da palavra, Sr. Presidente, para levantar aqui uma preocupação, Deputado Dobrandino, e sei que V. Exa. também tem essa preocupação porque é do Oeste do Paraná: amanhã haverá uma paralisação da UNIOESTE por uma reivindicação que não é tão simples, sabemos, que é a questão salarial dos servidores das universidades estaduais do nosso querido Paraná, sejam técnicos administrativos, os servidores, também os operários dos campi das universidades estaduais e também a dos docentes. Essa, sem dúvida nenhuma, não recebeu nenhum abono, nenhum tipo de atenção até o momento e precisa de atenção do Governo, das condições necessárias para que as nossas universidades possam continuar cumprindo com o seu dever. Faço uso da palavra para também, chamar a atenção para a necessidade de esta Casa estar atenta à questão das universidades estaduais do nosso querido Estado do Paraná.

Estão presentes entre nós, Sr. Presidente, Vereadores de Siqueira Campos. Todos sabem que comumente eu não uso desta tribuna para a abordagem de temas localizados. Mas por que o faço neste momento? Porque lá começaram a acontecer determinadas ocorrências que nos preocupam em função da forma como tem sido tratado o Legislativo lá na cidade de Siqueira Campos. Uma cidade importante do Norte Pioneiro, uma cidade que teve investimentos até volumosos na área industrial, do ponto de vista do Governo passado, e agora, com a Câmara de Vereadores eleita, com o seu atual Presidente que aqui está presente, Arnaldo Luska, juntamente com demais Vereadores, vem solicitando ao Prefeito informações sobre transações que não tinham, até então, a necessária transparência.

Qual não é a surpresa desses vereadores, da população de Siqueira Campos e também de qualquer cidadão que valoriza a democracia, quando a reação do Poder Executivo Municipal visa calar a voz dos vereadores, intimidá-los para que não cumpram a sua função de bem fiscalizar o uso do dinheiro público? Nada mais fizeram esses vereadores do que solicitar informações, solicitar contratos, cópias de escrituras, para que aquelas transações feitas no passado pudessem ter a transparência devida, como fazemos comumente e fizemos ontem aqui com o Procurador Sérgio Botto de Lacerda, questões que ficaram esclarecidas, outras tantas que só o tempo poderá

esclarecer, e que não há nenhum demérito para o Legislativo. Pelo contrário...

(Término do tempo)

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Portanto, Sr. Presidente, o clima em Siqueira Campos vem esquentando na política local, mas é claro que o debate democrático estabelece determinadas relações mais tensas, mas qual não foi a surpresa deste Deputado, da população de Siqueira Campos e dos Vereadores, quando o Prefeito, recém-eleito, sucedendo um Prefeito que por oito anos administrou aquela cidade, estabelece uma mobilização contra a Câmara de Vereadores, incentivando o comércio local que não só fechasse as suas portas, em protesto, mas que também retirasse o seu patrocínio da rádio comunitária local que divulgava as ações do Legislativo, além das funções do Executivo e atividades comunitárias e culturais das cidades.

Fez uma mobilização dizendo e apregoando que esses Vereadores estavam contra o emprego. Li e reli os requerimentos desses Vereadores e vi que nada mais faziam do que solicitar documentação que é pública, que deveria estar à disposição de qualquer cidadão, independentemente se detentor de mandato ou não, quando mais de um Poder Legislativo que tem sua autonomia e deve tê-la preservada.

Portanto, Sr. Presidente, encaminhei o requerimento para que o Juízo as forças de segurança e também o Prefeito, possam garantir o bom funcionamento do Legislativo local.

Esse exemplo de pressionar os Vereadores para que não cumpram a sua função, que não se admite mais nos tempos modernos, para nós que já vivemos tempos obscuros da ausência do Legislativo, quando verdadeiras atrocidades foram cometidas no Brasil, não podemos permitir que tal evento ocorra no nosso Estado, independentemente da dimensão do Município, porque onde estiver um vereador, lá estará o Poder Legislativo representado, garantindo a independência dos Poderes.

A última Sessão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pasmem, só ocorreu graças à determinação judicial e também deste Deputado, solicitando força policial para que transcorresse a bom termo.

Que cena! Cena da época da ditadura!

Portanto, Sr. Presidente, raramente falo em temas localizados, aqui desta tribuna, mas não poderia deixar de fazê-lo, em especial neste momento em que nós precisamos do funcionamento mais pleno, mais amplo do Poder Legislativo, para que possamos ver garantida a transparência com o uso do dinheiro público e fundamental-

mente o progresso dos cidadãos de Siqueira Campos, do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, faço uso da palavra nesta tarde, creio, para complementar a fala do Deputado Scarpellini que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Ontem eu, pela manhã, estive na cidade de Paranaguá acompanhado do Dr. Massaro, Juiz titular da Vara de Execuções Penais, de Paranaguá, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Estava lá presente também o Delegado, se não me engano, Ernani, Delegado Regional do Interior, representando a Secretaria da Segurança Pública; o Deputado Estadual, Waldir Leite que é a da cidade de Paranaguá; o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Scarpellini. Não me lembro quem mais, mas o Deputado Scarpellini depois, quando fizer uso da palavra, poderá adendar os nomes.

O Deputado Anibelli e o Deputado Marcos Isfer tinham conversado comigo antes, que também têm um trabalho do ponto de vista administrativo e eleitoral junto a Paranaguá.

Eu queria dar aqui o meu testemunho aos Srs. Deputados: a situação do presídio, da cadeia pública de Paranaguá é algo que eu nunca vi, e eu, quando fui Presidente da CPI do Crime Organizado, nesta Casa, tive a oportunidade de conhecer algumas delegacias e alguns presídios e eu não vi nada parecido com o que acontece em Paranaguá. A cadeia pública é antiga, tem mais de quarenta anos e a situação é mais ou menos a seguinte: é indescritível o que acontece com as pessoas naquela cadeia! O Governador do Estado do Paraná, o Secretário da Segurança Pública, o Arcebispo do Estado do Paraná, que era o D. Pedro Fedalto, o homem responsável, guardião moral da nossa religiosidade que é católica, hoje é o D. Moacir Vitti, desconhecem aquela realidade!

Paranaguá é uma cidade quente, é litoral, média/ano 30, 27, 28 graus, de dia, na cidade de Paranaguá. Na época do calor a cidade chega perto de 38, 39, 40 graus, esta temperatura insuportável, muitas vezes na sombra e com ar condicionado, naquela cidade!

Pois bem, os presos, num lugar que cabem vinte pessoas hoje tem 170! A situação é indescritível de como vivem 170 presos! Não há ar, não há ventilação e há uma escuridão! É como se os presos da cadeia de Paranaguá, pessoas que são presas, Deputado Anibelli, muitas delas porque tiraram um shampoo de um super-

mercado, outro porque tirou um pedaço de carne, uma moça um pedaço de salame. Os outros, furtos pequenos; outros, um pequeno tráfico de drogas. A senhora, de 68 anos de idade que leva ou que vendia um cigarri-nho de maconha ou alguma coisa relativa à droga. Numa cidade tão pobre como aquela que tem três, quatro, ou vários casos na área de droga, inclusos no artigo 12, grande parte deles sem nenhum julgamento, sem nenhuma condenação!

Onde eles ficam, é treze graus acima da temperatura lá de fora. Então, é uma situação indescritível, num lugar que cabem vinte pessoas estão 170 e a temperatura é treze graus superior do que a lá de fora! Os banheiros, as latrinas, todo mundo sabe o que é a latrina de uma delegacia, é a menos de meio metro de onde as pessoas dormem! Menos de meio metro!

Então, os presos de Paranaguá estão numa condição que nós poderíamos classificar, não de desumana, se tivesse uma outra palavra algum adjetivo para descrever a situação desumana em que vivem aquelas pessoas!

Era bom que os Deputados pudessem conhecer.

A minha fala é para alertar o Líder do Governo e fazer um apelo em nome, não da população de Paranaguá, mas da consciência ética do povo do Paraná e do povo brasileiro. Não é este o tratamento que queremos, mesmo para aquelas pessoas que têm alguma transgressão. Lá as pessoas poderão ser condenadas. Tenho certeza que quase oitenta por cento das pessoas deverão ser penas leves, que no código penal está previsto a reeducação e penas alternativas.

Então o Paraná, ao manter a delegacia daquela forma, está construindo delinquentes, está construindo animais na nossa sociedade. E não é isso que queremos para o sistema penitenciário. E aí tem uma polêmica. Qual é a polêmica?

A Secretaria de Estado da Justiça não conseguiu construir um presídio em Paranaguá, fez opção para construir um aqui em Piraquara, o que é correto para resolver o problema da Região Metropolitana. A Secretaria da Segurança Pública argumentava que o problema dos presos não é dela. Mas temos sete, oito investigadores em Paranaguá e eles estão cuidando única e exclusivamente dos 170 presos que estão numa circunstância desumana! A Secretaria de Saúde interditou a delegacia, porque vinte casos foram identificados como tuberculose, 25 casos! Destes, cinco estão com tuberculose e foram removidos e estão nos hospitais de Paranaguá e de Curitiba. Temos que entender que tuberculose é uma doença que pode levar à morte. Os outros vinte, são homens que podem estar com a doença e estão sendo tratados lá na delegacia junto com os outros 150 homens!

O que eu quero dizer é que na delegacia de Paranaguá há o risco de que quase todos os 170, porque é transmitido via oral, possam adquirir essa doença maligna!

Sabemos que tem cura, mas pode levar à morte os cidadãos e fazer um ciclo na cidade de Paranaguá. A situação é desumana!

Deputado Dobrandino, converse com o Governador Requião, peça-lhe para não escutar ninguém, peça-lhe para fazer uma visita, tenho certeza que se o Requião fizer uma visita rápida à delegacia, ele não vai aceitar a justificativa auxiliar, porque eu conheço o Governador, quando ele se defronta com as injustiças, quando alguém diz ao Governador que um policial estava fazendo tortura em qualquer delegacia, seja um simples tapa ou seja a tortura propriamente dita, (já vi os exemplos) ele não titubeia, põe na rua e abre um processo administrativo contra o funcionário que age dessa maneira!

Então, Dobrandino, na sua cidade, em Foz, que tinha um problema grave de superlotação de presos, o Governo lá construiu uma delegacia. Hoje já estamos com problemas lá, mas tem uma delegacia e tem condições melhores. Agora estão construindo outra. Peça ao Governador para fazer uma viagem, ele volta e meia está indo a Paranaguá, e está fazendo um bom trabalho na cidade, está recuperando-a, está investindo pesado na saúde, investindo na educação, está investindo no Porto de Paranaguá.

Peço ao senhor que convide o Governador e o leve para fazer uma visita. Eu o acompanho. Tenho certeza que o Governador vai sair de lá fazendo com que o Governo resolva essa situação de forma mais humana!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Faço uso da tribuna neste dia, porque, antes de mais nada, gostaria de endossar as palavras do Deputado Ângelo Vanhoni, naquilo que se refere à segurança no nosso Estado do Paraná.

Falo conhecendo um pouco do problema, um pouco das reclamações e posso dizer, Deputado Ângelo Vanhoni, que nos preocupa muito a questão de segurança, na nossa região mesmo, falando aqui na maioria dos Municípios, que têm cadeias, a exemplo de Francisco Beltrão, que uma cadeia construída com espaço para trinta presos, está hoje com noventa.

Então, a gente tem essa preocupação, porque sabemos que os presos deveriam sair de lá recuperados e no entanto, muitas vezes saem em pior situação do que quando entraram.

É uma preocupação muito grande que também temos com a segurança do nosso Estado e, acredito que medidas urgentes precisam ser tomadas.

Mas faço uso da tribuna também, Sr. Presidente, porque na quinta-feira da semana passada era dia 07 de abril, quando se comemora o Dia Mundial da Saúde.

Não poderia deixar de dizer que, mesmo com muitos problemas que nós temos ainda no nosso Estado, no

nosso País, relacionados à saúde, que já houve muitos avanços.

Eu gostaria de citar que nós comemoramos, também pelo fato de ser mulher, e também aprovada pelo Presidente Lula, a lei do parto humanizado. Essa lei dá o direito à mulher poder ter um acompanhamento durante o parto, e dá à gestante mais segurança e tranquilidade.

No dia que nós comemorávamos o Dia Internacional da Saúde, recebemos essa notícia por parte do Presidente Lula.

Também gostaríamos de dizer que essa preocupação da saúde, nesses dois anos e pouco que estamos tendo do Governo Lula, nós já tivemos ampliação de muitos programas, como o Programa Saúde da Família é já uma marca registrada dos governos petistas, e agora, mais do que nunca, uma marca também registrada no nosso Governo, no Governo Lula, que já atendeu e vem atendendo em torno de 70 milhões de pessoas em todo o País. Isso também significa para nós em números, que já temos aproximadamente 22 mil equipes da saúde da família.

Também temos um programa muito importante que o Presidente Lula colocou em prática, que é o Brasil Sorridente. Essa preocupação que o Governo tem com os brasileiros, principalmente no atendimento odontológico, que até hoje já beneficiou mais de 48 milhões de pessoas.

Além disso, houve uma ampliação também, nos leitos das UTI's. De 2003 para cá o Governo Lula já implantou 2.257 novos leitos.

São vários os programas que o Governo Lula vem implantando, com relação à saúde, melhorando a saúde dos brasileiros. Também com a preocupação que o Governo tem com o medicamento, implantou a Farmácia Popular.

Já tem 39 farmácias, em vários Municípios do nosso País e, também já está em fase de implantação mais de sessenta farmácias.

É bom dizer que essa preocupação também tem o Secretário da Saúde aqui do Estado do Paraná. O Governador Roberto Requião, e eu conversávamos com o Secretário Cláudio Xavier, e ele nos passava uns dados importantes.

Por isso acredito que na semana que vem, então, volto a esta tribuna, porque eu gostaria de citar os dados sobre a Saúde, o que mudou na Saúde no nosso Estado do Paraná, nestes mais de dois anos do Governo Requião e também da administração do nosso Secretário da Saúde, Cláudio Xavier.

Eu gostaria só de fazer um destaque aqui que para nós é muito importante e eu vou falar disto na semana que vem, até porque gostaria que estivesse o Deputado Traiano, que muito tem batido em cima dos hospitais regionais que o Governo está implantando. É importante para nós, realmente, a implantação desses hospitais.

Neste sentido estamos tendo todo o apoio do Governo Requião, pela preocupação de ter um atendimento mais perto da família, de ter um atendimento mais

na região. É claro que não estamos vendo como um programa eleitoral, como aqui já dito por alguns Deputados. Entendemos que é um benefício que o povo do Paraná merece.

Nós estamos reivindicando os hospitais regionais desde que entramos nesta Casa, em 2001. Apresentamos um projeto de lei, que foi aprovado, e agora encontra-se em fase de estudos, para implantação do hospital regional, que vai ser implantado no Município de Francisco Beltrão. Há um apoio, há uma concordância. Quem está discutindo e vai implantar é o Governador Roberto Requião, embora estejamos também reivindicando e buscando este apoio junto ao Governo Lula, não falando só de Francisco Beltrão, da região Sudoeste, mas falando dos hospitais regionais, é muito importante, porque a região é beneficiada. Quem é mais beneficiado com isso tudo é o nosso povo do Paraná, que vai poder contar com atendimento melhor, maior, mais perto de suas casas, no seu Município.

Na semana que vem nós voltaremos à tribuna, para passar alguns dados da saúde no nosso Estado do Paraná e também com relação ao hospital regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini, a quem concedemos a palavra.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; nós estivemos ontem em Paranaguá: Deputado Vanhoni; Deputado Leite; Dr. Alex, representando o Secretário da Segurança, e o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Marino Loyola, indicou o Dr. Roberto Massaro para representar o Poder Judiciário.

Lá em Paranaguá, com a imprensa presente, fomos até a cadeia que nós já apelidamos de “Porão do Navio Negroiro”. O Deputado Vanhoni fez um relato da visita e da situação dramática e caótica na qual se encontra aquela cadeia pública.

Mas, quero aqui protestar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando esteve nesta Casa o Secretário da Segurança, Dr. Fernando Delazari. Disse ele, quando o convidei para ir a Paranaguá: “Deputado, eu estive lá não tem dez dias.”

Eu acreditei na palavra do Secretário e disse a ele: “Mas, o senhor não entrou na cadeia?” Ele disse que não tinha entrado. Eu falei: “Mas, o senhor precisa ir lá, fazer uma visita e ver aquela situação na qual estão os 198 presos que estavam naquele dia”. Ele disse? “Deputado, eu já estive lá várias vezes”.

E eis que voltamos a Paranaguá duas vezes depois disto, e fomos perguntar aos policiais e ao Delegado, Dr.

Valmir Sória, sobre a presença do Sr. Secretário da Segurança lá. E eles foram unânimes em dizer que o Secretário nunca esteve lá no último ano. Se esteve foi antes, em outro período.

Portanto, o Secretário da Segurança Pública do Paraná quando compareceu na Comissão de Direitos Humanos, mentiu! Mentiu descaradamente, falando que conhecia e que esteve lá, conforme estão aqui as notas taquigráficas do seu depoimento! Ele lá não esteve! Só se foi em sonho ou pesadelo.

Não posso admitir que não tenha sido por ele visitada ainda aquela cadeia pública que foi construída no Governo de Moysés Lupion. De lá para cá só tem sido depreciada na sua forma física.

Srs. Deputados, que situação deprorável! A tuberculose, dominando os presos! A tuberculose, que é uma doença infecto-contagiosa, presente lá dentro daquela cadeia pública, naquele amontoado humano, onde jovens estão lá com a pena de morte decretada! Neste País que estabeleceu que não teria pena de morte, lá está ela!

O que estamos vendo é um bate-volta do Secretário da Justiça com o Secretário da Segurança. Um jogando o problema para o outro e ninguém resolvendo a questão.

O que estamos vendo são os poderes nas mãos de alguns que, não sabendo como usar, procuram só vender as imagens pela televisão e esquecem dos problemas dos seus irmãos que estão naquela masmorra de Paranaguá, a segunda cidade mais velha deste Estado.

Vi as lágrimas rolares ontem dos olhos do Deputado Ângelo Vanhoni; certamente rolariam dos olhos do Governador Roberto Requião, se ele lá estivesse, mas, ouvindo as mentiras do Secretário da Segurança jamais vai ter uma solução para aquelas vidas. É uma sepultura de homens vivos...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Como Líder da Oposição cedo o Horário da Oposição. Isso é facultado à Situação também.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais dez minutos.

Passa a usar o Horário da Oposição:

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Agradeço ao Deputado Líder da Oposição.

... sepultura de homens vivos que estão lá em Paranaguá. Cadeias superlotadas no Paraná e vem aqui o Secretário da Segurança dizer: “estive lá várias vezes, eu vivi e vi esse problema”. E, depois, nós vamos lá e constatamos que não é verdade.

O Sr. Ailton Araújo (PTB)

V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Concedo ao Deputado Ailton Araújo um aparte, ele que lá esteve, juntamente com o Deputado Neivo Beraldin, na visita anterior.

O Sr. Ailton Araújo (PTB)

Agradeço a concessão de aparte e quero testemunhar que pessoalmente lá estive e fui surpreendido. Quando estávamos entrando dentro da cadeia, o Delegado e o seu assistente colocaram máscara para respirar. Eu me senti apavorado a ponto de lançar mão da minha camisa para cobrir as minhas narinas para não respirar aquele ar que por certo estava contaminado.

Senti-me envergonhado. Senti-me revoltado. Senti-me triste e perguntei que mundo cão é esse em que o cidadão, sem ter sido julgado, lá está sendo executado? Aquele não é um lugar para se colocar nem cães, quem dirá pessoas!

Fico feliz, no dia de hoje, por ouvir o testemunho do Deputado Ângelo Vanhoni que, por ser da Situação, por certo há de ser ouvido pelo Governador. Duvido que o Governador do Estado do Paraná desejasse colocar no seu programa de Governo e no Horário do PMDB essas imagens, porque isso nenhum Partido gostaria de fazer. Naturalmente o Governador desconhece essa atrocidade.

Como é que pode, numa cidade tão bonita, tão considerada, tão visitada, ter um ambiente daquela natureza que envergonha os paranaenses, envergonha os brasileiros? Isso não é tratar o ser humano com dignidade!

V. Exa. está de parabéns por ter insistido nessa tecla a ponto de fazer essa mobilização e por certo, agora, conscientizar as nossas autoridades, e aquelas pessoas têm pelo menos um pouco mais de esperança de serem tratadas como gente.

Muito obrigado pela concessão, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu é que agradeço o seu aparte, com o seu testemunho, com a sua ida lá, Deputado, a sua sensibilidade de ver uma situação tão grave com aquela e poder traduzir ao Paraná, aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, em palavras, o que o senhor viu e sentiu lá.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Solicito um aparte a V. Exa.

Deputado Scarpellini, certamente as palavras que antecederam o seu pronunciamento e, mesmo agora ao do ilustre Deputado Ailton Araújo, retratam com todas as letras a triste visão e o triste momento que nós vivemos ao constatar aquela situação de irmãos nossos, presos na Cadeia de Paranaguá.

V. Exa., disse o Deputado Ailton Araújo, está com a razão por ter insistido neste tema, mas quando um Parlamentar, um homem público se defronta com uma situa-

ção como essa não há outra atitude se não a que V. Exa. teve. Quem tem amor ao próximo deve, evidentemente, indignar-se e partir para a denúncia pública.

Deputado Scarpellini, nós temos constatado que, depois da Ditadura, tivemos a Democracia recente que é a busca do poder pelo poder, mas não é a busca do poder por fazer. Essa questão é tão complexa que paira em todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo).

Temos uma aparência que o político ou que o homem, o ser humano, quer ocupar o espaço para ter o poder, para ser. Mas não adianta apenas ser, se não fizer. Esse caso de Paranaguá retrata uma situação triste, para um Estado progressista como é o nosso.

V. Exa., Deputado Scarpellini, tem a nossa solidariedade. O Governador, sensível como é, já deveria ter tomado um helicóptero e ter descido em Paranaguá e imediatamente remover aqueles seres humanos. Porque essa televisão transmite ao vivo e o Palácio Iguaçu, certamente, assiste-o diariamente denunciando esse fato. Foram muitos Deputados que lá estiveram e que testemunharam.

O que está esperando o Governo? É preciso agir! Não adianta apenas ser, é preciso ter, é preciso fazer.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Obrigado, Deputado Neivo.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Scarpellini, quero usar este momento para dizer uma coisa que muitas vezes somos cobrados. Muitas vezes se pergunta. Mas isso não foi discutido na Assembleia Legislativa? Isso não foi falado? É para isso que existem as Comissões aqui na Casa.

Quero parabenizá-lo, porque V. Exa., junto com todos os Deputados que lá estiveram em Paranaguá, pôde levantar um problema que tenho certeza absoluta, não fosse a ação da Assembleia Legislativa, através de V. Exa. e dos Deputados, não estaríamos discutindo essa questão, hoje, no Paraná.

Afora a lamentável situação abominável em que se encontram as pessoas, independente de serem culpadas ou não, enfim, elas precisam de julgamento ainda, o que me reporto neste breve aparte, é para dizer que V. Exa. está de parabéns, ao cumprir no mandato, aquilo que lhe é dado através de uma Comissão, como é a Comissão dos Direitos Humanos, que leva hoje o Paraná a discutir, através da Assembleia Legislativa, essa situação dos presídios, da questão das cadeias do Estado do Paraná. Parabéns a V. Exa. e aos valorosos Deputados que lá foram, porque como disse, aqui, escutei apreensivo o depoimento do Deputado Ailton Araújo.

Ora, quer dizer que para um Deputado ir lá visitar tem que pôr uma máscara? Então, muita gente não consegue nem sequer entrar naquele recinto, onde as pessoas ali estão!

Agradeço o aparte concedido por V. Exa. e parabeno a todos os Deputados que levantam esse problema, que tenho certeza, o Governo do Paraná vai tomar as medidas necessárias para resolver.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Eu já tinha cumprimentado V. Exa. pelo seu trabalho. Nós, em São José dos Pinhais, estamos enfrentando essa situação há muito tempo.

Há um ano atrás tivemos o mesmo caso na Casa de Detenção de São José dos Pinhais e é lamentável a situação em que se encontra - um dia depois que visitamos, ficamos com aquilo marcado e é difícil de sair da cabeça.

Eu só gostaria de dizer que graças à atuação do Governador Roberto Requião conseguimos levar para São José dos Pinhais, o Centro de Detenção Provisório, que provavelmente em mais 90 a 120 dias estará pronto. Os presos da Delegacia de São José dos Pinhais vão ser transferidos para um local mais adequado. Fomos criticados em São José dos Pinhais, mas agora se começa a entender a situação que vive o sistema das delegacias locais da região.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado.
Deputado Plauto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão de V. Exa., o seu tempo já se esgotou. Temos uma pauta extensa e uma Sessão Solene logo após a Sessão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quero encerrar e dizer o seguinte: ficamos olhando para os presos de Guantânomo ou de Habugraive e estamos lá a condenar os Estados Unidos, quando batem, surram e maltratam os presos. No entanto, aqui, aqueles que nem são presos políticos, são condenados à pena de morte, em Paranaguá, onde temos uma Constituição que proíbe a pena de morte imposta aqui no Paraná, mas que ela está aí, por asfixia e por doença infecto-contagiosa!

Sr. Presidente, Deputado Plauto, muito obrigado. Obrigado aos Srs. Deputados que foram lá e que constatarem aquilo que descrevemos aqui. E não vamos parar, enquanto não trouxermos a Anistia Internacional que já está contada e que virá ao Paraná, dar uma nota negativa ao Governo, que, insensível, não busca uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

(Declinou).

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Gostaria apenas de deixar registrado que estamos protocolando à Mesa Executiva da Assembléia, um requerimento encaminhando ao Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, conforme havia prometido na data de ontem. Uma ação popular com mais de 110 páginas propondo a nulidade dos contratos de alienação das ações da ELEJOR em favor da COPEL, o ressarcimento aos cofres públicos dessa manobra que foi feita sem o consentimento desta Casa, sem licitação e sem autorização de uma lei específica.

Inclusive, acabo de falar com o Senador Osmar Dias, pelo telefone. Estarei encaminhando urgentemente para que o Governo Federal tome ciência do que está acontecendo aqui em nosso Estado.

Apenas para posicionar, já que ontem eu disse isso na presença do Procurador Sérgio Botto de Lacerda e hoje estamos inclusive lhe encaminhando com cópia, via requerimento desta Casa, para tomar conhecimento dessas graves denúncias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças:
PPS, Deputado Waldir Leite.

Liderança do PPS: Deputado Waldir Leite

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Escutei os Deputados Scarpellini e Pastor Araújo, falando muito do episódio da delegacia de Paranaguá. Não tem nem palavras para descrever o inferno que é aquela delegacia como o Ângelo Vanhoni, o Neivo Beraldin viram e como outros tantos Deputados que já sabem do problema.

E por incrível que pareça, há mais de um ano atrás o Secretário de Justiça, Aldo Pazzianello, já esteve em Paranaguá e já viu aquela situação. A Prefeitura de Paranaguá já cedeu o terreno para a nova delegacia, está fazendo a sua parte, quer ser parceira do Governo para resolver os problemas. Até hoje o Governo não deu nenhuma resposta à nossa Prefeitura, nem para dizer que não quer resolver o problema, que não quer fazer parceria alguma.

É triste sabermos que, além dos problemas dos presos, só esse ano aconteceu mais de quatro fugas daquela delegacia, o que é uma vergonha, já que a delegacia está situada no centro da cidade, ao lado de um colégio estadual, ao lado da casa do Bispo Diocesano de Paranaguá, Dom Alfredo Novack, cidadão esse que

representa a cidade de Rocio na sua religiosidade, a Padroeira do Paraná.

Então, é uma vergonha o descaso que fazem com aquela delegacia ao não tomar providências! Essa situação já foi denunciada há muito tempo, e hoje a Comissão de Direitos Humanos, através do belo trabalho do Deputado Scarpellini, reaviva esse problema.

Mas, acredito que o Governo e a Secretaria de Justiça já sabem desse problema há muito tempo e se não tomam providências é porque realmente não querem resolver o problema!

Espero que com a intervenção do Deputado Vanhoni, do próprio Scarpellini, do Dobrandino que talvez vá ver a situação *in loco*, as coisas possam se resolver. Do jeito que está hoje, não é por falta de aviso que os presos sofrem e que a cidade sofre e está sendo ameaçada de fugas. Só este ano, foram quatro.

A questão da Secretaria de Segurança Pública no nosso Estado, principalmente na nossa cidade, realmente está vergonhosa, e é com essa vergonha que todos os Vereadores de Paranaguá estão fazendo um manifesto também para mostrar o seu repúdio ao Governo em relação ao descaso que tem com a segurança pública em Paranaguá.

Não podemos mais ver uma das cidades mais antigas do Paraná sofrer de um problema crônico e o Governo dar as costas para Paranaguá, quando anuncia que está fazendo concreto, está fazendo não sei o quê, mas na verdade os grandes problemas da cidade não resolve! E digo mais, o Governo do Estado está fechando os olhos para Paranaguá.

Para vocês terem uma idéia, nem o ISS da Cidade de Paranaguá, o Porto recolhe mais - faz três meses que o Porto não recolhe! E a grande vergonha é que, se a Delegacia de Paranaguá não tivesse aproximadamente dez funcionários do Município, pagos pela Prefeitura, não poderia nem ter condições de funcionar!

É um grande descaso que o Governo tem para com Paranaguá e para com o Paraná!

Seria isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Protocolo também, na tarde de hoje, um requerimento pedindo ao Governo do Estado a presença da chamada Força-Tarefa na Cidade de Londrina. À noite passada, mais terror e medo para a população londrinense! Chegamos aos 54 assassinatos em apenas 103 dias em nossa Cidade! Lamentavelmente, se continuarmos

nessa toada, vamos extrapolar os números do ano passado, quando tivemos 183 assassinatos na Cidade de Londrina.

Então, Deputado Dobrandino, Líder do Governo nesta Casa, sei que a Força-Tarefa se encontra no Município de Foz do Iguaçu, mas Londrina também clama pela presença dessa mega operação policial, justamente por ser hoje uma das capitais da violência em nosso Estado e também ter graves problemas na área social. Nessa noite, assaltos a farmácias, quatro menores apavoraram uma família e por conta de tudo isso, nós ainda estamos tendo problemas sérios de superlotação nos quatro distritos policiais que abrigam os presos em nossa Cidade.

E o que também nos causa preocupação, é que as obras para a construção do Centro de Ressocialização permanecem paralisadas! Protocolei um requerimento na semana passada, solicitando ao Secretário de Obras informações sobre a interrupção dessas obras e até agora não obtive resposta. Portanto, na tarde de hoje estamos fazendo esse pedido, corroborando inclusive à ação que está determinada pelo Juiz da Vara de Execuções Penais da Cidade de Londrina, Dr. Roberto Ferreira do Valle, que vai fazer a interdição do 2º Distrito Policial, que tem capacidade para abrigar 52 presos, mas que 210 superlotam aquele local, nas mesmas condições, talvez, do que está acontecendo em Paranaguá, que já foi relatado aqui pelos Deputados Ângelo Vanhoni, José Domingos Scarpellini e Ailton Araújo.

Portanto, Londrina radicaliza inclusive nessa questão, que não vai mais o 2º DP abrigar presos e há um pedido feito para que a Casa de Custódia de Londrina possa também abrir mais vagas a fim de desafogar a superlotação carcerária que hoje toma conta - repito - dos quatro Distritos Policiais. Nós gostaríamos de solicitar, até, que o Governador Roberto Requião pudesse fazer uma visita e constatar *in loco* essa situação lamentável que lá estamos vivendo. Recebo denúncias dando conta dos reais motivos da paralisação das obras, denúncias que a imprensa está levantando e nossa assessoria está apurando para ver se há realmente, veracidade nessas informações, até na imprensa nacional, já que há sérias dúvidas em relação às duas empresas que se consorciaram para realizar as obras do Centro de Detenção e Ressocialização na Cidade de Londrina.

Não seria leviano a ponto de trazer aqui essas denúncias, que já estão até no domínio público, porque a imprensa tem divulgado, mas, tão logo tenhamos o parecer jurídico e efetivo de tudo isso, nós estaremos também trazendo a esta tribuna.

E, para finalizar, a situação da segurança está tão grave que o chefe de gabinete de um Deputado do Governo - que eu meu permito aqui não revelar o nome - está estupefato com a situação de descaso até por parte da Polícia Militar. Ele soube de denúncias gravíssimas aí envolvendo bandidos do eixo Rio/São Paulo, mas que tentou comunicar até mesmo pelo 190 à Polícia Militar, e ficou da uma hora até as quatro horas da manhã ao tele-

fone sem conseguir contato, inclusive, com o 190 da Polícia Militar da Capital do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PFL.

Com a palavra, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta semana tivemos na Cidade de Ponta Grossa uma divulgação feita pelo Governador do Estado do Paraná, que ele, efetivamente, iria construir no Município de Ponta Grossa um hospital regional.

Há dois anos, um pouco antes das eleições de Prefeito, vimos o Governador Roberto Requião autorizar recursos para o Prefeito anterior, para que ele pudesse adequar o Pronto-Socorro Municipal e os demais órgãos de saúde da Prefeitura, para que pudesse ele tornar-se um hospital regional. Os recursos foram liberados, a imprensa traz que dois milhões de reais foram colocados à disposição, na época, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, e o que nós vimos foi o não-investimento, como havia sido programado entre Prefeito de Ponta Grossa e Governo do Estado do Paraná.

O nosso Prefeito eleito, Pedro Vosgrau Filho, durante o período eleitoral assumiu o compromisso de construir um novo hospital. Ele não aceitava reformas no velho Pronto-Socorro Municipal que se encontra no centro da cidade e não tem mais espaço, e nem condições de receber investimentos para tornar-se um hospital regional para atender a todos os Campos Gerais.

Muito bem. A partir daí em um entendimento entre Prefeito eleito e Governador do Estado do Paraná, o Governador anuncia a liberação de recursos para que um novo hospital regional possa ser construído na cidade, não mais investimentos no velho Pronto-Socorro da cidade, mas, sim, a construção de um novo hospital na Cidade de Ponta Grossa. Excelente, muito bom! Era compromisso de campanha do nosso candidato e ao mesmo tempo a Cidade de Ponta Grossa necessitava de mais investimentos na área da saúde! Desse dito, pelo que os meios de comunicação trazem, duas opções existiam na cidade, onde seria construído este hospital regional? Uma das opções é o terreno que a Prefeitura cedia e a outra opção era que fosse construído dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O que mais importa é a construção do hospital e, sim, dentro da Universidade de Ponta Grossa que tem o espaço e será um bom local, ou até mesmo no outro terreno cedido pelo Prefeito também seria uma opção.

Agora, o que mais me chama a atenção, é que está fazendo, Deputado Reni, dois anos do fechamento do

curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa! Aqui, vários representantes da cidade, Deputados, estiveram na defesa do curso, em especial porque o Governador nunca explicou exatamente por que fechou o curso, na nossa Universidade. Os dois Deputados que Ponta Grossa tem aqui estiveram discursando na defesa do curso de Medicina, e agora, nós estamos vendo neste ano pré-eleitoral uma boa notícia, a notícia de que o Governador começa a dizer que depois de construído esse hospital, Ponta Grossa poderá, no futuro, receber de volta o curso de Medicina.

É isso que Ponta Grossa quer, é isso que todos nós pontagrossenses cobramos para que a nossa Universidade receba aquilo que lhe foi tirado. E os Deputados desta Casa podem se lembrar quantas vezes o Deputado Anibelli e outros Deputados, que no seu dever defendem as ações do Governo do Estado, brigaram, questionaram, que o Conselho Nacional de Medicina dizia que não havia condições, não havia mais necessidade de se ter mais um curso de Medicina no nosso Estado do Paraná, e outras tantas indagações e debates que tivemos nesta Casa com relação ao retorno desse curso.

Uma coisa eu posso dizer. Acredito que o Governador está se redimindo do erro que cometeu no momento que fechou o curso de Medicina da nossa universidade. A construção de um hospital é uma construção que leva vários meses. Eu espero que o mais rápido possível possa este hospital estar inaugurado, estar equipado, que esta é uma segunda parte, e que nós possamos ainda, quem sabe, ver o próprio Governador Roberto Requião assumir o erro que cometeu com a nossa cidade, conosco, os pontagrossenses, com a nossa universidade e devolva esse famoso curso, que tantos debates trouxe a esta Casa.

Mais uma coisa eu friso. Se ele não devolver este curso, o novo Governador que vai assumir o Palácio Iguaçu já assumiu na cidade de Ponta Grossa o compromisso com os pontagrossenses, com os professores da nossa universidade, com a região dos Campos Gerais e com os paranaenses de que, ele eleito, vai devolver o curso de Medicina para a nossa universidade e o futuro Governador se chama Osmar Dias!

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSDB.

(**Declina**)

Liderança do PMDB. Com a palavra, o Deputado Rafael Greca de Macedo.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ocupo o Horário da Liderança do PMDB e quero agradecer ao Deputado Anibelli por isso, para enaltecer o trabalho da D. Lúcia

Requião Arruda à frente do PROVOPAR paranaense. Trago de D. Lúcia Requião Arruda um alerta para a Assembléia e um pedido no sentido de que seja cumprida a determinação do Governador em pelo menos dois expedientes da Casa Civil enviados ao PROVOPAR, de que todos os materiais e bens considerados inservíveis sejam realmente vendidos em benefício do PROVOPAR estadual, e aí se inclui o farelo de soja e a sobra de grãos, sobra de carregamento do setor graneleiro do Porto de Paranaguá.

Preocupante é a carta do Sr. Ogarito Linhares, diretor técnico do Porto de Paranaguá, apresentando um relatório desde 1989 das sobras de farelo de soja do Porto de Paranaguá e dizendo das doações feitas ao PROVOPAR, pela APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e dizendo que os dados de 2003 de sobra de farelo no Porto ele não tinha, mas lembrando que os levantamentos preliminares devam mil toneladas de farelo de soja, o que representa 250 mil dólares. Esse dinheiro não entrou no PROVOPAR paranaense e D. Lúcia Requião Arruda pede que o Governo e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ajam no sentido de viabilizar a entrada do dinheiro referente à verba das sobras do setor graneleiro do Porto para o PROVOPAR paranaense.

Outra coisa que a D. Lúcia Requião Arruda pede é que o Conselho Administrativo da SANEPAR, o Sr. Stênio Jacob, Presidente, coloque à disposição do PROVOPAR estadual os 300 carros inservíveis que estão na SANEPAR. A MINEROPAR doou seus carros inservíveis para o trabalho do voluntariado paranaense, e eu pergunto, por que não doar também os carros da SANEPAR para o trabalho de apoio às instituições de caridade, de solidariedade do Paraná?

A Sra. Lúcia Requião Arruda está de parabéns pela sua seriedade, o trabalho do PROVOPAR paranaense é notável. Agora nós precisamos lembrar a muitos dos dirigentes dos órgãos estaduais que aquilo que vos sobra, falta na casa dos pobres! Com aparte o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. toca num assunto que é muito importante, certamente a Dra. Lúcia Requião é movida das melhores intenções para ampliar o seu espaço e a sua condição de ajudar os mais carentes, que é através da PROVOPAR.

Sobre a questão da soja em Paranaguá eu fui Presidente da Comissão que investigou o sumiço dela, o Sr. Ogarito acabou sendo apelidado, no curso das investigações, como “papa-soja”. Na verdade, ele controlava o silo público; ele não está mais lá, graças a Deus saiu, estamos livre do Seu Ogarito! Parece que ele anda por perto outra vez.

Essa soja que V. Exa. diz, essa sobra, é tradicionalmente, ao longo dos anos, os 3% do movimento do silo público, sobram para o PROVOPAR. Dessa vez não sobrou porque uma empresa qualquer acabou levando,

ninguém sabe e ninguém viu e o dinheiro acabou não vindo para o Paraná.

Eu acho que se V. Exa. observar o relatório da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa e observar o relatório da CPI do Porto de Paranaguá, certamente verá onde estão e para onde foram estes grãos que faltam hoje para o PROVOPAR.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Só para concluir, quero dizer o seguinte: no outro Governo Requião, em 92, foram 5 bilhões e 181 milhões de cruzeiros em farelo e 1 bilhão e 61 milhões de cruzeiros em soja doados ao PROVOPAR, só no ano de 92. O último dado que temos do Governo Lerner é uma doação de 275 toneladas de farelo, R\$ 88.000,00 para o PROVOPAR e 3250 toneladas de soja R\$ 104.000,00, no ano de 2000 no tempo que o PROVOPAR era dirigido pela Sra. Lerner.

A Presidente do PROVOPAR estadual avisa: “O que vos sobra falta na casa dos pobres.” Pede intervenção da Assembléia e ação do Governo no sentido de que este recurso vá realmente para os mais pobres.

Outra coisa: os grãos que sobram da inspeção por classificação, na entrada do Porto, também tiram um pouco de sacos de cada caminhão que chega no Porto. Isto também tem que ser vendido e o dinheiro tem que entrar no PROVOPAR, não pode ficar no meio do caminho!

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, apenas para anunciar aqui a presença do ex-Prefeito de Mandaguáçu, Rômulo, do nosso partido e também do ex-Prefeito de Guarapuava e pré-candidato a Governador Vitor Hugo Burco, do PL. Estamos saudando-os e estejam entre companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência registra a presença dos ex-Prefeitos e dá as boas-vindas.

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o apelo do Deputado Domingos Scarpellini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, do Deputado Ângelo Vanhoni, que estiveram presentes na delegacia de Paranaguá. É claro que vamos levar essa informação, embora o Governo já a tenha, da preocupação dos Deputados.

Quero parabenizar o Deputado Scarpellini pelo seu trabalho e dizer o seguinte: foi preciso o senhor assumir a

Comissão de Direitos Humanos para levantar esse problema gravíssimo! E é mais grave ainda, porque não é só em Paranaguá e não é de hoje! Porque poderia muito bem a Câmara de Paranaguá também levantar esse problema! O Prefeito de Paranaguá também poderia ter levantado, assim como o Deputado de Paranaguá também, mas o Deputado Scarpellini com a propriedade de Presidente da Comissão o fez, muito bem feito, e quero louvar essa sua atitude.

Mas quero aqui manifestar também que essa preocupação, que é louvável, e com certeza terá ação do Governo, é uma das mazelas que o Governo recebeu. E não é só em Paranaguá, Deputado Scarpellini. Lá em Foz também está assim, uma cadeia feita para duzentas pessoas tem quase mil, como tem em todo o Paraná e no Brasil todo.

E, com certeza, a Comissão de Direitos Humanos irá achar muitas ‘Paranaguás’ pelo Brasil afora. É a falência do sistema carcerário e penitenciário do Brasil.

Mas a minha discórdia, o Governo está dando resposta, não apenas nesta área. Lá em Foz do Iguaçu o Governo está construindo, já abriu licitação, vai construir uma casa de custódia. Está fazendo muitas no Paraná, como está socorrendo a falência da educação, da saúde, das estradas do Paraná que era tão grave como o problema da cadeia.

Então, eu diria o seguinte: este Governo não está parado, está dando respostas a este e a tantos outros problemas que herdou.

Tenham certeza, nobres Deputados e principalmente Deputados da Comissão, o Governo dará, sim, a resposta para resolver esse problema. É mais um que o Governo vai resolver, são tantos no Paraná.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Quero defender o Secretário da Justiça, Dr. Aldo Pazianello. Na realidade, São José dos Pinhais, sofreu muito com essa questão da delegacia, que é para 30 presos e hoje tem mais de 180. Numa conversa com o Secretário e o Governo do Estado, a Secretaria tem feito um trabalho e tem buscado fazer uma programação, porque não tem uma fórmula de se resolver sem que seja construído o Centro de Detenção Provisória (antiga casa de custódia) com capacidade para 700, 900 presos.

Já reivindicamos isso, porque era a única forma -, eles que são conhecedores da questão de segurança pública, nós somos leigos- de ter as nossas informações. E eles disseram para mim: “Busque junto ao Governo porque é melhor para São José dos Pinhais”. E numa conversa com o Governo, ele autorizou ser feito em São José dos Pinhais. Lamentamos profundamente tirar proveito político. Falaram que eu estava lá na cidade, junto com o Governo, levando um cadeião para o Município de São José dos Pinhais. Criaram uma situação difícil no momento, mas sustentamos aqui, e provavelmente mais 90 e poucos dias, estará pronto.

Não temos como fugir dessa realidade. Infelizmente, nós gostaríamos de estar levando educação, levando mais hospitais, outras obras que são de suma importância para a nossa comunidade, mas o sistema de segurança tem que ser levado a sério, porque não podemos deixar aqueles que cometem os deslizos na sua vida, ou aqueles que cometem os seus crimes, fora da cadeia.

O segundo Centro de Detenção, na época, o Dr. Aldo falou que ia para o litoral. Eu não sei o porquê; não foi para o litoral. Eu não sei se é pela comunidade, as pessoas, o meio político, eu não estou criticando ninguém, mas não foi levado. E não tem uma fórmula mágica para você resolver. Por que isso aí não resolve aonde vai colocar. Isso tem que ter um projeto, tem que ser elaborado, tem que ser implantado, tem que ser construído. Não se resolve em 30 ou 90 dias, porque o sistema, como V. Exa. falou há pouco, o sistema é falido. Então tem que ter um projeto. Infelizmente não foi para o litoral, mas está sendo construído, em Piraquara, aonde tinha que ficar mais próximo.

O que é o Centro de Detenção? O Centro de Detenção é só para os presos que estão em fase de julgamento. Eles têm que ficar próximo da sua comarca, para ter a facilidade de ser julgado próximo do fórum, porque você precisa locomover, precisa de policiais para deslocá-lo. Então, tem que ficar próximo à sua comarca para ser julgado, condenado, ou não.

Quero dizer que São José dos Pinhais saiu na frente. Graças ao entendimento com o Governador do Estado, Roberto Requião, está sendo feito e em 90 dias, provavelmente, os presos da Delegacia de São José dos Pinhais, que vive um momento, também, muito difícil, devem ser transferidos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Francisco Bühler.

Aí está o testemunho que o Governo está dando resposta que é a construção dessa Casa de Custódia ou desse presídio, em São José dos Pinhais.

Este Governo vale a pena, porque está trabalhando. Não é um Governo omissivo que está parado. Está dando resposta a tudo. Claro que não pode fazer milagre, não temos condições de fazer milagres, mas o Governo tem responsabilidade, tem ação, está trabalhando para atender os apelos, não somente da Assembléia, mas da população do Paraná.

Nós aceitamos as críticas, as cobranças, as denúncias, mas dizemos que o Governo está vivo, está trabalhando.

Concedo o aparte ao Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Dobrandino, eu fico muito feliz de o senhor estar nessa tribuna hoje, trazendo a sua palavra, o seu empenho, que eu acredito, seja o empenho do

Governo na solução do problema das cadeias públicas no Paraná.

Quero dizer-lhe, como Líder do Governo, que esta questão de Paranaguá transcende a todas as outras, porque tem casos que podem esperar por um mês, por dois meses.

Eu acredito que a interdição da cadeia de Paranaguá e a remoção dos presos que lá estão, tem que ser uma coisa imediata, porque eles não vão suportar ao surto de tuberculose que lá está instalado.

Quero lançar aqui, ao senhor, como Líder do Governo para que uma providência imediata seja tomada. Porque o quebra-cabeça entre os dois Secretários está colocando mais de 180 pessoas com risco de morte, pela pena imposta daquele cadeião de Paranaguá, que foi construído em 1848. A situação lá é dramática, é caótica e nós sabemos que aquelas criaturas que lá estão não vão sobreviver à questão burocrática do Secretário de Justiça e do Secretário de Segurança. Então, realmente, é um estado deplorável a vida daquelas pessoas.

Transmita isto a quem tem poder de decisão e faça com urgência uma providência chegar, para que, ao invés de se levar ao camburão, tenha-se que levar os caminhões e caminhonetes funerárias para de lá tirar os mortos que restarão.

Muito obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu agradeço, Deputado Domingos Scarpellini, a sua preocupação. E tenha certeza de que nós deveremos conversar, nas próximas horas, com o Governador, e se há impedimento de ordem burocrática, posso lhe garantir que isso não vai continuar. Imagino e tenho certeza de que não será este, na verdade, o impedimento ou atraso numa solução, mas, vamos conversar com o Governador e levar sua preocupação, Deputado, porque sabemos da gravidade e que se trata de ser humano. Imagino que o Governo irá priorizar o problema em Paranaguá.

Deputado Rossoni, com todo respeito, meu tempo está esgotado. Se for coisa de segundos, lhe concedo o aparte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

São poucos segundos.

V. Exa. sabe do respeito que nutro pela sua pessoa. Por essa razão, acredito que V. Exa. vai permitir que eu discorde de V. Exa. Quando V. Exa. diz que o Governo tem se esforçado em cumprir sua parte, acredito que na área de segurança deixa a desejar, Deputado Dobrandino.

Nós poderíamos fazer um requerimento para que o Secretário de Segurança nos respondesse, quantas vagas foram criadas nas penitenciárias do Paraná, nestes últimos dois anos?

Esta é uma pergunta que teria que ser feita, porque aí sim, nós poderíamos fazer uma análise da atual situação, da questão dos presídios, das cadeias e outras questões, porque, na verdade, o que está acontecendo: o que

mais funcionava no Paraná era a segurança dos pequenos Municípios. Por que dos pequenos Municípios? Porque o próprio Prefeito era uma pessoa que fiscalizava a segurança no seu Município.

O que acontece hoje? Cito para V. Exa. um exemplo que eu conheço, porque lá resido: o Município de Bituruna, tem um delegado que é cabo. Este delegado se desloca para o Município de Birituna uma vez por semana. Fica lá apenas meio-dia.

Eu pergunto a V. Exa., há como ter segurança nos Municípios pequenos com esta maneira de ser tocada a segurança? Então, o que acontece: estava funcionando bem a segurança nos Municípios, porque a própria população colaborava com o delegado “calça-curta” e a segurança dos Municípios. Hoje, como se retirou a participação da população nos Municípios pequenos, eles estão em crise com a questão da Segurança.

Agradeço pelo aparte que V. Exa. me concedeu e pela compreensão do Presidente Pedro Ivo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Rossoni. Eu diria o seguinte: o Deputado tem razão. Realmente, a Segurança está difícil no Paraná, mas também quero destacar os investimentos que o Governo está fazendo na segurança. Já trouxe há poucos dias o Secretário e são muitos os investimentos. É que a tarefa é difícil. Cada dia que passa fica mais difícil a segurança no Brasil. Veja quanta gente a Polícia Federal está prendendo, neste Brasil afora! Não sei que epidemia seria esta, eu diria, mas é muito dura a tarefa de se fazer segurança, hoje, não no Paraná, mas no Brasil!

Claro, aceitamos estas considerações dos Deputados, as críticas. Nós vamos levar ao Governador. E com certeza o Governador poderá dobrar ainda mais os esforços, nesta área, para solucionar este problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados;

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 009/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, propondo a inclusão do Curso de Teologia nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 010/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que vai do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jacutinga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Ven-
eri, constante do expediente. Necessita de apoio-
amento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio
Stica, constante do expediente. Necessita de apoio-
amento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho
Júnior, constante do expediente. Necessita de apoia-
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Car-
amês, constante do expediente. Necessita de apoio-
amento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo
Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio-
amento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho
Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoia-
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas
Brandão, constante do expediente. Necessita de apoia-
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito
Canto, constante do expediente. Necessita de apoia-
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do
Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente.
Necessitam de apoio-amento. **Apoiados.** À Diretoria Legis-
lativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu
Moura, constante do expediente. Necessita de apoia-
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do
Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente.
Necessitam de apoio-amento. **Apoiados.** À Diretoria Legis-
lativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Marcos
Isfer e Rafael Greca, constante do expediente. Necessita
de apoio-amento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier,
constante do expediente. Necessita de apoio-amento. **Apoi-
ado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Ros-
soni, constante do expediente. Necessita de apoio-amento.
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer,
constante do expediente. Necessita de apoio-amento. **Apoi-
ado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 833, de autoria do Deputado José
Domingos Scarpellini, constante do expediente, solici-
tando autorização para se deslocar a Brasília, atendendo

convite da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da
Câmara Federal (CDHM). **Aprovado.**

Requerimento nº 885, de autoria do Deputado Reni
Pereira, constante do expediente, solicitando antecipação
da Sessão Ordinária do dia 14 de abril (quinta-feira), para
logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Apro-
vado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da
Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs.
Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 600/2003, de
autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Selo
Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego no Estado.
Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2003, de 07/10/2003).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 309/2004, de
autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de
Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos
de Francisco Beltrão - ADEFFB, com sede e foro no
Município de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no
DA nº 071/2004, de 17/08/2004).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 381/2004, de
autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de
Utilidade Pública a Associação Carismática Católica,
com sede e foro no Município de Piraquara. **Aprovado.
(Publ. no DA nº 091/2004, de 20/10/2004).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 414/2004, de
autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utili-
dade Pública a Creche da Casa da Criança, com sede e
foro no Município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no
DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 014/2005, de
autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utili-
dade Pública a Associação Beneficente Galvão Bueno,
localizada no Município de Londrina, com sede e foro
em Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de
16/02/2005).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 016/2005, de
autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utili-

dade Pública a Sociedade Esportiva Alvorada Club, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 018/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 036/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Nossa Senhora de Guadalupe, na localidade de Barra Bonita, no Município de Três Barras do Paraná, com sede em Barra Bonita e foro em Catanduvas, Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2005, de 22/02/2005).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que altera redação do artigo 1º da Lei nº 7117/79, e dá nova redação. (Associação das Irmãs Franciscanas do Bom Pastor). **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01/03/2005).**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 04/2005, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.166 policiais militares, distribuídos pelos postos de graduações, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 065/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.166 (vinte mil, cento e sessenta e seis) policiais militares.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 e 2 desta lei, respectivamente: Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante a Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nome-

ações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 4º Será destinado ao Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon o número de contingente necessário para fins de efetivação dos objetivos da Lei nº 12.066, de 04 de fevereiro de 1998.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978, nº 11.120, de 30 de junho de 1995 e a nº 13.428, de 07 de janeiro de 2002, bem como o artigo 2º, da Lei nº 10.956, de 15 de dezembro de 1994 e o artigo 6º da Lei nº 12.975, de 20 de novembro de 2000.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 104/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação SERPIÁ - Serviços e Programas para a Infância e a Adolescência, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005).**

3ª Discussão

ITEM 012

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emendas. **Aprovadas.**

Projeto: **Aprovado.**

ITEM 013

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emendas. **Aprovadas.**

Projeto: **Aprovado.**

ITEM 014

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ABESTI - Associação Beneficente e

Evangélica de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.

Projeto: **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação Mourãoense de Portadores de Deficiências Físicas de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Campo Mourão - ADEVICAMPO, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e Jardim Independência, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o ITAI - Instituto de Tecnologia em Automoção e Informática, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Centro Espiritual Céu da Nova Vida, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novem-

bro de 2003. (Procuradoria Geral do Estado). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2004, de 15/03/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 062/2004**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, tem por objetivo alterar a redação do inciso IV do artigo 2º e do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, que criou o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Ao procurar assegurar o constante e necessário aperfeiçoamento técnico mais importante de assessoramento extrajudicial e judicial do Poder Executivo, o autor procura garantir a mais segura e correta orientação jurídica ao Sr. Governador, no exercício das funções governamentais que determinam e influenciam o futuro do nosso Estado.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum impedimento de ordem constitucional para a aprovação da matéria.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 062/2004.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS **PROJETO DE LEI Nº 062/2004**

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 062/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, altera a redação do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não gera aumento de despesas para o Poder Executivo, estando de acordo com a Lei Orçamentária.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERRIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 857, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 062/2004.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Espírita Joanna de Ângelis, com sede e foro no Município de Cascavel. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 029/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Arlete Caramês, declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Joanna de Ângelis, com sede e foro no Município e Cascavel.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/2005, de autoria dos Deputados Cida Borghetti, Duílio Genari e Cesar Seleme, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Pedro Joanir Zonta. **COM PARECERE FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 044/2005

P A R E C E R :

Histórico

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Bancada do Partido Progressista, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Sr. Pedro Joanir Zonta.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O Partido dos autores, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 044/2005, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 874, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 044/2005.

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2005, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Campo Mourão - ARTECAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 009/2005, de 07/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 068/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Grupo Pão da Vida, com sede e foro em Ubitatã. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2005, de 15/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 107/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública o Grupo Pão da Vida, com sede e foro no Município de Ubitatã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Irati, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2005, de 22/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 120/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Irati, com sede e foro no Município de Irati.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Rede de Assistência à Saúde Metropolitana, com sede e foro no Município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2005, de 22/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Rede de Assistência à Saúde Metropolitana, com sede e foro no Município de Sarandi.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2005, de autoria do Deputado Nereu Mura, que corrige a denominação da instituição beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27/12/2004. (Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021 /2005, de 04/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 145/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nereu Moura, corrige a denominação da instituição beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.600/2004 - UNICENTRO”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 145/2005

P A R E C E R :

Histórico

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, altera a denominação da instituição beneficiada pelo plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004.

Fundamentação

A Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2005. Nos anexos da referida lei o nome da instituição está como “Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE”, designa-se a alterar de modo a corrigir a denominação da instituição para “Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO”, uma vez que houve erro na transcrição da lei. Deve-se salientar que trata-se da implantação do campus universitário de Laranjeiras do Sul, que pertence à Universidade Estadual do Oeste.

Conclusão

No que compete a essa comissão manifesta-se, conforme lhe preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33, do Regimento Interno desta colenda Casa, nos posicionamos favoravelmente à aprovação da matéria, objeto deste parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que insere parágrafo único ao artigo 3º, da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004 - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. em 16/03/2005).**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Quero comunicar à Casa que o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo retirou os cobradores da estação-tubo da Vila Osternack, 23 de Setembro, lá no fim do Bairro Novo, contrariando o que disse o Deputado Rossoni, de que a estação-tubo seria policiada pela Guarda Municipal. Foi policiada por dois dias, a Guarda Municipal foi embora e os cobradores têm medo de ficar no ponto final do ônibus Ligeirinho, do Bairro Novo, da Vila Osternack.

O povo não pode andar a pé, porque tem medo dentro da cidade. A estação-tubo tem que ser policiada, pela Guarda Municipal e o ponto final do ônibus por ser uma patrulha da Polícia. O povo tem que poder ir e vir dentro de Curitiba!

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 754, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 782, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 783, 784, 785 e 803, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 789 e 790, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 791, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 793 e 804 a 808, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 795, 799 e 800, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 809, 810, 860 a 871, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 811, 813 a 817, 848 a 850 e 879, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 819, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 820 e 827, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 821, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Ao Exmo. Procurador Geral, Dr. Aírton Loyola, para análise da solicitação do Exmo. Sr. Jocelito Canto.**

Requerimentos nºs 823, 814 e 858, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 825, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 828, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 829, 830 e 880, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 831, 832 e 859, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 834 a 836, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 837 e 872, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 838, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, André Vargas, Ângelo Vanhoni e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 839, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 842 e 843, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral e Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 846, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 847, 852 e 853, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 851 e 855, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 877, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 881, de autoria da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 882, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 883, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 884, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, são três requerimentos de minha autoria que eu confesso não escutei; acredito que foram protocolados e o senhor deveria mencioná-los. Um, diz respeito à convocação do Secretário de Desenvolvimento Urbano - Renato Adur, o outro, da Direção da SANE-PAR, e o outro, votos de congratulações ao Grupo Fato, que é um grupo de música daqui de Curitiba, e à Orquestra Sinfônica do Teatro Guaíra.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência pede um minuto porque todos os requerimentos foram lidos e não temos nenhum requerimento sobre a Mesa.

A sua funcionária está acabando de entregar os seus requerimentos; eles não foram protocolados ainda.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Então, V. Exa. queria desculpar. Agora, fico à mercê da sua benevolência.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Gostaria também de aproveitar, Sr. Presidente, para solicitar à Mesa se dois requerimentos da Bancada de Oposição, que foram protocolados no dia de ontem, foram lidos por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Todos os requerimentos protocolados até o momento foram lidos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado!

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Solene para daqui a cinco minutos em comemoração ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, editada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Está convocada, então, uma Sessão Solene para daqui a cinco minutos.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para logo após o término da Sessão Solene, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 029, 068, 110, 120, 124 e 144/2004.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - **Aprovada**, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 017/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei Complementar nº 018/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 020/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 022/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 026/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 027/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 038/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 08)

Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica e Projeto de Lei nº 074/2005 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, ambos anexos. O Deputado Reni Pereira solicita vistas - Concedidas pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 048/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 050/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 056/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 057/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 13) Projeto de Lei Complementar nº 062/2005, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo- APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 071/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock- APROVADO; 15) Proposição Veto Parcial nº 005/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer do Deputado Ademar Traiano favorável ao encaminhamento da matéria ao Plenário - APROVADO. O Deputado Ademar Traiano solicita a inclusão em pauta dos Projetos de Lei nºs 477/2004 e 110/2005. O Sr. Presidente submete ao Plenário - APROVADA a inclusão; 16) Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 110/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 209/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli. Parecer do Deputado José Maria Ferreira, FAVORÁVEL à emenda nº 02 e CONTRÁRIO à emenda nº 01, ambas de Plenário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 23/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira- APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 572/2003, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. O Deputado André Vargas solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente. O Sr. Deputado Delegado Mário Bradock solicita a inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 114/2005; O Sr. Presidente submete ao Plenário - APROVADA a inclusão; 21) Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo. Os Deputados Ademar Traiano, André Vargas e Ailton Araújo solicitam vistas - CONCEDIDAS em comum aos Deputados pelo Presidente; 22) Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner. O Deputado Ratinho Júnior solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 23) Projeto de Lei nº 734/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Os Deputados André Vargas, Ailton Araújo e Luiz Carlos Martins solicitam vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 24)

Projeto de Lei nº 062/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - CONCEDIDA pelo Presidente. O Deputado Luiz Carlos Martins pede a palavra para solicitar a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 435/2004, bem como a localização de Projeto de Lei nº 155/2004, anterior àquele, por tratar-se de matéria idêntica. DEFERIDO pelo Presidente; 25) Projeto de Lei nº 444/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 447/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo- APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto- APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 468/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 471/2004, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros. O Deputado Delegado Mário Bradock solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
29 DE MARÇO DE 2005

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - **Aprovada**, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; O senhor Presidente submete à apreciação dos Deputados a emenda apresentada pelo Deputado Ademar Traiano - APROVADA; 02) Projeto de Lei nº 309/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 381/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 414/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 014/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 016/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 032/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 033/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 036/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 046/2005, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 054/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 059/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 066/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 079/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 084/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 101/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 104/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 20) Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 031/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO, com voto contrário do Deputado Duílio Genari; 22) Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica e Projeto de Lei nº 074/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 23) Projeto de Lei nº 043/2005, de autoria do

Deputado Plauto Miró Guimarães. O Deputado Reni Pereira solicita vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 24) Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Os Deputados Delegado Mário Bradock e José Maria Ferreira solicitam vistas - CONCEDIDAS pelo Presidente; 25) Projeto de Lei nº 062/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Delegado Bradock e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. O Sr. Presidente registrou a presença de dois conterrâneos da Cidade de Cambé, Sr. José Fernandes, Secretário de Esportes e o Sr. Pelica, Professor. Passou-se ao expediente: Retificando a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 16.03.05, nos itens 14 e 15, passa-se a ler: 14) Projeto de Lei Complementar nº 062/2005 de autoria do Deputado André Vargas. Os Deputados Delegado Bradock, Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Reni Pereira solicitam VISTAS - CONCEDIDAS pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 72/2005 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 543/2003 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer do Deputado Elton Carlos Welter favorável à Emenda nº 3, na forma da subemenda substitutiva geral anexa e contrário às Emendas nº 1 e 2 - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 384/2004 de autoria do Deputado Reni Pereira. O Deputado Delegado Bradock solicita vistas Concedida pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 445/2004 de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 446/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente;

05) Projeto de Lei nº 453/2004 de autoria do Deputado Barbosa Neto. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 465/2004 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 470/2004 de autoria do Deputado Rafael Greca - Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 471/2004 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 472/2004 de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e outros. O Deputado Elton Carlos Welter solicita VISTAS - CONCEDIDAS pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 25/2005 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 486/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini - APROVADO; 12) Projeto de Lei Complementar nº 487/2004 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 489/2004 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Elton Carlos Welter solicita VISTAS - CONCEDIDAS pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 493/2004 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 581/2003 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 495/2004 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 17) Proposição Veto nº 85/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - favorável ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 08/2005 de autoria do Deputado Ailton Araújo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 24/2005 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Elton Carlos Welter; 20) Projeto de Lei nº 39/2005 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 145/2005 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 29/2005 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 68/2005 de autoria do Deputado Ademar Tra-

iano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 107/2005 de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 109/2005 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 120/2005 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 124/2005 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 43/2005 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 117/2005 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Comissão de Educação, Cultura e Esportes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e cinco, no plenarinho da Assembléia, às 09h00, foi realizada Audiência Pública para discussão sobre o Plano de Carreira e a Profissionalização dos Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná. A Sra. Deputada Elza Correia, Presidente desta Comissão, abriu a Sessão anunciando a composição da Mesa, com a presença da Sra. Jussara Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Dra. Fabiana Severo, Chefe do Departamento Jurídico da Secretaria de Estado da Educação, Professora Josete Maria Canguçu Ribeiro, Coordenadora Geral do Programa de Pró-Valorização dos Profissionais em Educação, Professor José Lemos, Presidente da APP Sindicato, Professor José Valdevino de Moraes, Secretário dos Funcionários de Escola, Sr. Romildo Sbrissia, assessor da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, Maria Marta Lunardon, Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiy, Vice-Presidente desta Casa, Srs. Deputados Tadeu Veneri e Reni Pereira, membros titulares desta Comissão. A Sra. Presidente passou a palavra ao Deputado Tadeu Veneri, para presidir a Audiência. O Deputado agradece a presença de todos, solicitando que a Sra. Jussara dê início ao debate. A Sra. Jussara esclarece a

importância da valorização dos profissionais da escola, citando como desafios: fazer com que a escola pense no novo mundo com mais igualdade; necessidade de maior financiamento para a educação e a valorização dos profissionais na educação. Cita a fundamental importância de se constituir comissão entre Governo e profissionais e também a ação do Sindicato, sendo este, interlocutor legítimo com o Poder constituído. Parabeniza esta Comissão pela realização desta audiência para que a luta dos educadores tenha maior visibilidade. Em seguida, a Professora Josete faz sua exposição em slides, conforme consta em cópias, parte integrante desta Ata. Logo após, a Dra. Fabiana fez sua colocação quanto ao posicionamento do Governo do Estado, que se propõe em avançar o mais próximo possível nas reivindicações para a implantação do Plano de Carreira e Profissionalização dos funcionários das escolas, esclarecendo que há viabilidade na proposta da APP Sindicato, e que a comissão já está em estudo juntamente com o DIEESE. Esclare também, que haverá concurso público para 20350 vagas, sendo 8550 vagas para funcionários administrativos e 11800 vagas para serviços gerais. Na sequência o Professor Valdevino expõe que há abertura política para a implantação do Plano de Carreira e do concurso público, e convida os participantes desta Audiência para a marcha em reivindicação. Logo após, o Professor José Lemos agradece à Assembléia Legislativa, aos participantes da Mesa e aos presentes. Em seguida, fez sua explanação quanto às conquistas da APP Sindicato nos últimos anos, e convida a todos para a marcha estadual, com saída de Ponta Grossa e chegada no dia 27 de abril em Curitiba, tendo como objetivo principal o Plano de Carreira dos Funcionários das escolas públicas. Na sequência, distribui aos participantes da Mesa a proposta da APP Sindicato para elaboração do Plano de Carreira, e esclarece que a aprovação deste se faz necessária antes do concurso público, para que os aprovados ingressem no novo Plano de Carreiras. Após, a Sra. Deputada Elza Correia passou a presidir esta audiência, destinando espaço para que fossem realizadas perguntas ou sugestões pelos senhores presentes, sendo em seguida, respondido pelo participante da Mesa correspondente. Para encerrar, a Sra. Presidente convidou os presentes a participarem da Audiência Pública sobre a Saúde dos Servidores marcada para a próxima semana, dia 30, conforme consta em gravação em fitas cassetes, fazendo parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
Solange Mann - Secretária

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 600/2003 e 018/2005. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 059/2005 e 065/2005. Em seguida o Deputado Hermes Fonseca apresentou Redação Final aos Projetos de Lei de nºs 381/2004, 036/2005 e 104/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 414/2004,

309/2004, 041/2005 e 016/2005, foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

027ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Veneri e Cesar Seleme.

Presenças:

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (37). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Delegado Bradock, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.04.2005.
(a) CESAR SELEME

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

2ª Discussão:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Espírita Joanna de Angelis, com sede e foro no Município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Campo Mourão - ARTECAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que insere Parágrafo

Único ao Artigo 3º, da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363 de 28 de abril de 2004 - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emendas Modificativas de Plenário, em nº de 03 (três), de autoria de diversos Deputados, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01 AO
PROJETO DE LEI Nº 110/2005**

Modifique-se o artigo 3º, parágrafo único, que fica da seguinte forma:

“Art. 3º...

§ 1º O contribuinte que tiver débito de ICMS decorrente de operação de importação, inscrito em dívida ativa, enquadrado ou não no disposto dos artigos anteriores, poderá efetuar o pagamento ou a compensação desses débitos por meio de precatórios do Estado do Paraná, desde a ocorrência do fato gerador.”

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) RENI PEREIRA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, DUÍLIO GENARI, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, CESAR SELEME e TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever constitucional e social de realizar a justiça tributária, inclusive combatendo todas as formas de evasão e elisão fiscais.

Portanto, a lógica tributária deve ser de onerar aqueles que possuem capacidade contributiva e desestimular toda e qualquer manobra jurídica que vise a sonegação ou o indevido favorecimento por meio de benesses fiscais.

Ademais, a não incidência ou retroação de multa e de juros sobre os débitos de ICMS decorrentes de operação de importação colocará a indústria nacional e paranaense em sério risco, estabelecendo-se uma situação de quebra de igualdade concorrencial. Sem embargo, por se tratar de tributo indireto o ICMS é repassado ao consumidor final, que é o verdadeiro contribuinte, restando no meio do caminho a possibilidade que alguém se aproprie desses valores e contribuindo para o enriquecimento ilícito do responsável tributário.

É importante destacar que a sonegação de ICMS é crime, a teor do que dispõe a Lei nº 8.137/90. Portanto, a autorização de quitação ou compensação de débitos tributários de importadores pode acabar incentivando o não recolhimento adequado dos tributos no momento devido para que, posteriormente, haja favorecimento da benesse legal. Em suma, trata-se da efetivação da injustiça tributária, intento este não desejado pelo legislador.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 02**

Modifique-se o artigo 3º, parágrafo único, que fica da seguinte forma:

“Art. 3º...

§ 3º O contribuinte que tiver respondendo a processo crime contra a ordem tributária não poderá beneficiar-se do disposto no parágrafo 1º.”

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, DUÍLIO GENARI, TADEU VENERI, MARCOS ISFER, AILTON ARAÚJO e RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever constitucional e social de realizar a justiça tributária, inclusive combatendo todas as formas de evasão e elisão fiscais.

Portanto, a lógica tributária deve ser de onerar aqueles que possuem capacidade contributiva e desestimular toda e qualquer manobra jurídica que vise a sonegação ou o indevido favorecimento por meio de benesses fiscais.

Ademais, a não incidência ou retroação de multa e de juros sobre os débitos de ICMS decorrentes de operação de importação colocará a indústria nacional e paranaense em sério risco, estabelecendo-se uma situação de quebra de igualdade concorrencial. Sem embargo, por se tratar de tributo indireto o ICMS é repassado ao consumidor final, que é o verdadeiro contribuinte, restando no meio do caminho a possibilidade que alguém se aproprie desses valores e contribuindo para o enriquecimento ilícito do responsável tributário.

É importante destacar que a sonegação de ICMS é crime, a teor do que dispõe a Lei nº 8.137/90. Portanto, a autorização de quitação ou compensação de débitos tributários de importadores pode acabar incentivando o não recolhimento adequado dos tributos no momento devido para que, posteriormente, haja favorecimento da benesse legal. Em suma, trata-se da efetivação da injustiça tributária, intento este não desejado pelo legislador.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 03**

Modifique-se o artigo 3º, parágrafo único, que fica da seguinte forma:

“Art. 3º...

§ 2º Nas hipóteses do parágrafo anterior, não poderão ser utilizados para pagamento ou compensação de débito de ICMS decorrente de operação de importação, inscrito em dívida ativa, os precatórios do Estado do Paraná adquiridos ou transferidos de qualquer forma de terceiros.”

Sala das Sessões, em 13.04.2005.

(aa) MARCOS ISFER, TADEU VENERI, AILTON ARAÚJO, DUÍLIO GENARI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever constitucional e social de realizar a justiça tributária, inclusive combatendo todas as formas de evasão e elisão fiscais.

Portanto, a lógica tributária deve ser de onerar aqueles que possuem capacidade contributiva e desestimular toda e qualquer manobra jurídica que vise a sonegação ou o indevido favorecimento por meio de benesses fiscais.

Ademais, a não incidência ou retroação de multa e de juros sobre os débitos de ICMS decorrentes de operação de importação colocará a indústria nacional e paranaense em sério risco, estabelecendo-se uma situação de quebra de igualdade concorrencial. Sem embargo, por se tratar de tributo indireto o ICMS é repassado ao consumidor final, que é o verdadeiro contribuinte, restando no meio do caminho a possibilidade que alguém se aproprie desses valores e contribuindo para o enriquecimento ilícito do responsável tributário.

É importante destacar que a sonegação de ICMS é crime, a teor do que dispõe a Lei nº 8.137/90. Portanto, a autorização de quitação ou compensação de débitos tributários de importadores pode acabar incentivando o não recolhimento adequado dos tributos no momento devido para que, posteriormente, haja favorecimento da benesse legal. Em suma, trata-se da efetivação da injustiça tributária, intento este não desejado pelo legislador.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Irati, com sede e foro no Município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Rede de Assistência à Saúde Metropolitana - Metropolitana, com sede e foro no Município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que corrige da denominação da instituição beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600, de 27.12.2004. (Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 887, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.**

Ordem do Dia da Próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 189 a 447/2004; 054, 066, 079 e 084/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050 e 107/2005.

Lembrando, ainda, os Srs. Deputados quanto a Sessão Solene em homenagem a 41ª Campanha da Fraternidade promovida pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, com o tema "Solidariedade e Paz" a realizar-se às dezessete horas.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040 e 109/2005.

Levanta-se a Sessão.